



Universidade Federal do Pará
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado em Geografia

RICARDO FEDZNER ALTHONA

**O PROBLEMA DA HABITAÇÃO FACE À URBANIZAÇÃO E À
CONCENTRAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM PORT-AU-
PRÍNCE:** Uma contribuição para a melhoria da habitação precária.

BELÉM-PARÁ

2025

RICARDO FEDZNER ALTHONA

**O PROBLEMA DA HABITAÇÃO FACE À URBANIZAÇÃO E À CONCENTRAÇÃO
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM PORT-AU-PRÍNCE:** Uma contribuição para a melhoria
da habitação precária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Márcio Douglas Brito Amaral.

BELÉM-PARÁ

2025

RICARDO FEDZNER ALTHONA

**O PROBLEMA DA HABITAÇÃO FACE À URBANIZAÇÃO E À CONCENTRAÇÃO
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM PORT-AU-PRÍNCES:** Uma contribuição para a melhoria
da habitação precária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PP GEO, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito à obtenção do título de Mestre.
Orientador: Márcio Douglas Brito Amaral.

Data: _____/_____/_____

Conceito _____

Banca examinadora:

Professor: Dr. Márcio Douglas Brito Amaral
(Orientador – PP GEO/UFPA)

Professor: Dr. Alan Nunes Araújo.
(Avaliador Interno – PP GEO/UFPA)

Professora: Dr^a Vicka de Nazaré Magalhães Marinho
(Avaliadora Externa – PP GEO/UFPA)

BELÉM-PARÁ

2025

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Objetivo geral e específicos.....	17
Procedimentos metodológicos.....	18
Capítulo I : Quadro teórico do problema da habitação em relação à urbanização.....	22
1.1- O problema da habitação social.....	22
1.2- Crescimento urbano descontrolado/desenvolvimento de favelas	24
1.3- A abordagem teórica da urbanização e da habitação precária.....	25
1.4- Urbanização, um conceito antigo com um caráter novo.....	25
1.5- O aumento da urbanização e das desigualdades sociais, objeto de vulnerabilidade.....	28
1.5.1 Nos países industrializados e do terceiro mundo.....	28
Capítulo II : Processo de urbanização em Port-au-Prince.....	31
2.1 Urbanização de Port-au-Prince durante a era Colonial.....	32
2.2 Urbanização de Port-au-Prince causada por acontecimentos históricos.....	34
2.2.1 Independência do Haiti (1804)	34
2.2.2 Ocupação Americana (1915-1934)	36
2.2.3 Terremoto no Haiti.....	40
2.2.3.1 O risco de terremoto no Haiti.....	43
2.2.3.2- Impacto do terremoto de 12 de janeiro em Port-au-Prince.....	45

Capítulo III: Análise espacial de moradias precárias e serviços públicos em Port-au-Prince.....	47
3.1 Clima e precipitação de Port-au-Prince em um contexto montanhoso.....	50
3.2 Distribuição geográfica de moradias precárias em Port-au-Prince.....	54
3.2.1 Mapeamento de serviços públicos na área metropolitana.....	56
i. Acesso à água potável e ao saneamento básico.....	56
ii. Eletricidade.....	58
iii. Educação.....	61
iv. Saúde.....	62
v. Gerenciamento de resíduos.....	64
3.3 Vulnerabilidade social e ambiental em áreas urbanas.....	65
3.3.1 A relação entre a falta de serviços públicos e os riscos socioambientais.....	68
3.3.2 Desafios ambientais em assentamentos informais.....	69
3.4 Condições socioeconômicas e percepções dos moradores sobre a urbanização....	71
3.4.1 Vulnerabilidade ao risco de inundação na área de estudo.....	73
3.5 Vulnerabilidade dos edifícios.....	74
3.6 Vulnerabilidade socioeconômica.....	76
3.7 A pobreza da população, a fonte de sua vulnerabilidade.....	77
3.8 Vulnerabilidade ambiental.....	79
3.9 Falta de planos de emergência, outro aspecto da vulnerabilidade da área.....	83
Conclusão	85
REFERENCIA.....	87
APÊNDICE 1	90

RESUMO

Considerando as diversas dificuldades que a população haitiana enfrenta há vários anos, tanto no plano político como no plano socioeconômico e ambiental, Port-au-Prince está passando por uma urbanização rápida, muitas vezes não planejada, que tende a desconstruir o tecido urbano e enfraquecer a estrutura social, causando uma pressão crescente sobre a moradia, que é um direito fundamental consagrado nos textos internacionais aos quais o Haiti aderiu. No entanto, a grande maioria dos haitianos vive em condições precárias de moradia, especialmente em Port-au-Prince e nas grandes aglomerações. Este crescimento demográfico, acentuado por um importante êxodo rural e pelas consequências de catástrofes naturais, provoca a rápida expansão de bairros informais caracterizados por uma forte densidade, condições de vida precárias, insegurança fundiária e acesso limitado a infraestruturas básicas, como água potável, eletricidade e estradas.

Ao mesmo tempo, a concentração dos serviços públicos nos bairros centrais e nas áreas mais abastadas agrava as desigualdades sociais e territoriais. Essa distribuição desigual marginaliza ainda mais as populações dos bairros periféricos, limitando suas possibilidades de acesso a serviços essenciais e oportunidades econômicas. Essa situação aumenta a diferença entre bairros favorecidos e desfavorecidos, acentua o sentimento de exclusão e atrai a população para os centros urbanos, aumentando a pressão imobiliária, tornando as periferias inabitáveis sem soluções informais e criando uma falta de moradia.

Diante da escassez de moradias formais acessíveis, grande parte da população é forçada a se instalar em áreas marginais, muitas vezes ilegais, onde constroem moradias precárias, frequentemente sem acesso a serviços básicos.

Palavras-chave: População haitiana; Habitação precária; Área metropolitana; Urbanização anárquica; Política urbana.

SUMMARY

Considering the various difficulties that the Haitian population has been experiencing for a number of years, both politically and socio-economically and environmentally, Port-au-Prince is undergoing rapid, often unplanned urbanization, which tends to deconstruct the urban fabric while weakening the social structure, leading to increasing pressure on housing, which is a fundamental right enshrined in the international texts to which Haiti is a signatory. However, the vast majority of Haitians live in precarious housing conditions, particularly in Port-au-Prince and other large urban areas. This population growth, exacerbated by significant rural exodus and the consequences of natural disasters, is causing the rapid expansion of informal settlements characterized by high density, precarious living conditions, land insecurity, and limited access to basic infrastructure such as drinking water, electricity, and roads.

At the same time, the concentration of public services in central neighborhoods and more affluent areas exacerbates social and territorial inequalities. This unequal distribution further marginalizes populations in peripheral neighborhoods, limiting their access to essential services and economic opportunities. This situation widens the gap between affluent and disadvantaged neighborhoods, accentuates feelings of exclusion, and draws people to urban centers, increasing pressure on land, making the peripheries uninhabitable without informal solutions, and creating a housing shortage.

Faced with a shortage of affordable formal housing, a large part of the population is forced to settle in marginal, often illegal areas, where they build makeshift dwellings that often lack access to basic services.

Keywords: Haitian population; Precarious housing; Metropolitan area; Anarchic urbanization; Urban policy.

APRESENTAÇÃO

Tendo em conta o crescimento demográfico acelerado da população haitiana, a urbanização desordenada e a ocupação anárquica do espaço em Port-au-Prince desde o início do século XX, que favoreceram a expansão de bairros desfavorecidos e precários. A investigação que estamos a iniciar no centro metropolitano de Port-au-Prince, visa analisar a questão da habitação em relação à urbanização e à concentração dos seus serviços públicos. Situação atuante para a proliferação dos bairros precários e do banditismo. Tendo o objetivo de analisar elementos que possam explicar a proliferação de moradias precárias na área de estudo. Este tema foi escolhido para este estudo, especialmente em função da crescente situação de vulnerabilidade e precariedade da população residente na capital haitiana.

No presente relatório, além das atividades realizadas durante o primeiro ano do mestrado, no qual foram cursadas disciplinas obrigatórias e opcionais, este trabalho é composto por três capítulos divididos em três partes, como segue:

A primeira parte compreende uma introdução geral que define o problema, apresenta as questões de pesquisa, os objetivos, as justificativas para o desenvolvimento do trabalho e, por fim, os procedimentos metodológicos.

A segunda parte compreende três capítulos: o primeiro capítulo do trabalho, que é o quadro teórico e conceitual, no qual situamos nossa pesquisa e que destacará os conceitos-chave do trabalho.

O segundo capítulo, no qual analisamos o processo de urbanização em Port-au-Prince durante os diferentes períodos de 1804 a 2023.

O terceiro capítulo no qual apresentamos a área de estudo, os serviços públicos oferecidos e a tipologia das habitações, incluindo a dinâmica demográfica relacionada à construção anárquica e à periodização. Em seguida, a estrutura empírica, ou seja, a apresentação, análise e interpretação dos dados coletados.

Por fim, a conclusão e a bibliografia.

LISTA DE ABREVIACOES

CHRAD	Centro Haitiano de Planeamento e Desenvolvimento
CIAT	Comité Interministerial de Ordenamento do Território
DINEPA	Direção Nacional de Água Potável e Saneamento
EDH	Electricidade do Haiti
GIEC	Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas
HUEH	Hospital da Universidade Estadual do Haiti
IDNDR	Década Internacional para a Redução das Catástrofes Naturais
IERAH/ISERSS	Instituto Superior de Estudos e de Investigação em Ciências Sociais
IFRC	Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
IHSI	Instituto Haitiano de Estatística e Informática
MARNDR	Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural
MSP	Ministério da Saúde Pública e da População
MTPTCE	Ministério das Obras Públicas, dos Transportes, das Comunicações e da Energia
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONU/HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PANA	Plano de Ação Nacional de Adaptação
PAR	Desastre de pressão e libertação
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	País menos desenvolvido
PPR	Planos de prevenção de riscos
PVD	Países em desenvolvimento
RGPH	Recenseamento Geral da População e da Habitação
SHADA	Sociedade Haitiano-Americana para o Desenvolvimento Agrícola
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNGRD	Sistema Nacional de Gestão de Riscos e Catástrofes
UCLBP	Unidade de Construção de Habitação e Edifícios Públicos
UFPA	Universidade Federal do Para
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Apresentação geográfica do Haiti e do departamento da área de estudo.....	14
Mapa 2: Esboço da planta de Port-au-Prince durante a era colonial.....	32
Mapa 3. Distribuição socioespacial da cidade às vésperas da revolução de 1804.....	35
Mapa 4: Perigos estimados no Haiti entre 1963-2013.....	42
Mapa 5: Geomorfológico e sismológico do Haiti.....	44
Mapa 6: Sismicidade histórica na ilha de Hispaniola antes de 1960.....	45
Mapa 7: Aparecimento de novos bairros após o terremoto de 12 de janeiro de 2010 em Port-au-Prince.....	47
Mapa 8. Apresentação geográfica de departamento da área de estudo.....	49
Mapa 9. Metropolitana do Port-au-Prince.....	50

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Casas dos Padroeiros.....	38
Imagem 2. Casas de trabalhadores.....	38
Imagens 3. Construção Anárquica em Port-au-Prince.....	67
Imagem 4. O barranco como ponto de descarga.....	71

Imagem 5: Construção Anárquica em Port-au-Prince (Carrefour Feuilles).....	75
Imagem 6. Vulnerabilidade das casas a inundações e deslizamentos de terra.....	76
Imagens 7 e 8. O barranco de Martely entre o ponto de descarga e a trilha.....	81
Imagens 9 e 10. Degradação das áreas de captação.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da população em Port-au-Prince (1980 - 2023)	16
Tabela 2 - Tabela climática sazonal em Port-au-Prince.....	52
Tabela 3. Áreas de moradia precária em Port-au-Prince.....	55
Tabela 4. Tendências de mortalidade, morbidade e acesso aos serviços no Haiti.....	58
Tabela 5. Estatísticas do setor energético no Haiti.....	60
Tabela 6. Análise dos Recursos Energéticos e da sua Utilização.....	61
Tabela 7. Tipologia do edifício (residências).....	74
Tabela 8. Ausência de planos de emergência: outro aspecto da vulnerabilidade da população.....	84

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1- Clima em Port-au-Prince: Temperaturas e precipitações médias.....	51
Diagrama 2 - Curva de temperatura Port-au-Prince/Carrefour-feuilles.....	54
Diagrama 3. Acesso a água potável.....	57
Diagrama 4, Gestão de resíduos: entre a negligência e o abandono	70

Diagrama 5. Salario diario dos entrevistadores efectivos.....	77
Diagrama 6. Numero de pessoas por agregado familiar.....	78
Diagrama 7. Reparticao dos inquiridos por funcao.....	79

Introdução

Desde a segunda metade do século XIX, a ilha Hispaniola, unificada na época pré-colombiana, perdeu a sua unidade territorial, tornando-se uma ilha com duas repúblicas: a República Dominicana, a Leste, e a República do Haiti, a Oeste. Esta última tem uma superfície de 27.750 km², ocupando um terço da ilha, 80% da qual é montanhosa, e engloba a maioria da população. A densidade populacional varia muito de um departamento para outro. A densidade mais elevada regista-se na parte de Oeste, cuja capital é Port-au-Prince.

Parte das ilhas do Mar das Caraíbas e do Oceano Atlântico, o Haiti é um dos países mais pobres do hemisfério norte, situado na zona intertropical, onde prevalecem os riscos climáticos, e também na borda da placa das Caraíbas (zonas de alto risco sísmico). Nos últimos anos, o Haiti tem sido atingido por terremotos, tempestades tropicais e furacões, que provocam grandes inundações no país e danificam casas, estradas, escolas e outras infraestruturas. Além disso, o elevado nível de degradação ambiental e o banditismo agravam a situação precária da população haitiana, bem como o aumento das catástrofes naturais e dos vários riscos se faz sentir a cada dia, devido à migração maciça da população para a capital. Assim, o Haiti conheceu um crescimento demográfico bastante interno nos últimos 60 anos. O que significa que ao longo dos últimos 60 anos, o Haiti experimentou um aumento demográfico bastante interessante, o que permitiu aos geógrafos, urbanistas, historiadores e sociólogos produzirem documentos sobre o desenvolvimento da área metropolitana.

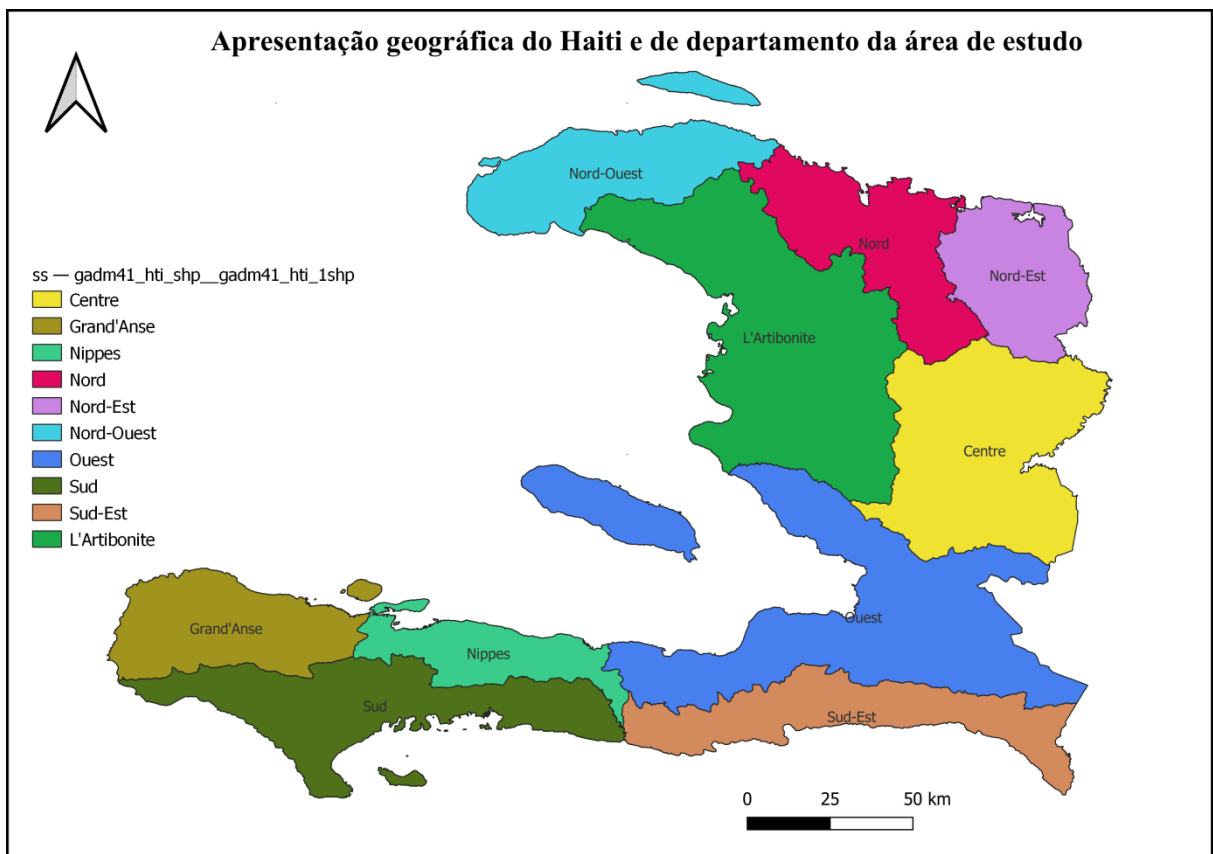
A crise econômica que assola o país há quase duas décadas, teve um impacto considerável na urbanização e na ocupação do espaço dos grandes centros urbanos. Facilitando o surgimento de bairros precários e o aumento da população através do êxodo rural para a capital. Uma das consequências desta urbanização desordenada é a forte pressão exercida por este crescimento demográfico sobre a ineficiente infraestrutura coletiva de saneamento, de abastecimento de água potável e de habitação da região metropolitana e das cidades secundárias¹. A crise espacial na República do Haiti, caracteriza-se por uma distribuição muito desigual da população haitiana no país. Se considerarmos a situação socioeconômica, o mercado da habitação no Haiti está intimamente ligado ao empobrecimento da população haitiana. De fato, o baixo poder de compra tem um impacto negativo na capacidade de muitos cidadãos de terem acesso a condições de vida dignas e de

¹EMMANUEL, 1997; OPS/OMS, 1998

satisfazerem as suas necessidades básicas.

A República do Haiti mede aproximadamente 230 km de norte a sul e 290 km de leste a oeste. Situa-se entre as latitudes 18°02' e 20°06' norte e as longitudes 71°41' e 74°29' oeste. Ocupa os três oitavos ocidentais da ilha, que compartilha com a República Dominicana. É cercada pelo mar em três lados. É dividida em 10 departamentos e 42 arrondissements, compreendendo 140 comunas e 570 seções comunais. Esses departamentos são: Nord, Sud, Artibonite, Ouest, Grand-Anse, LesNippes, Centre, Nord-Est, Nord-Ouest e Sud-Est. As principais cidades, por tamanho da população, são as seguintes: Port-au-Prince 1.500.000 h., LesCayes 300.000 h. Gonaïves 250.000 h. e Cap-Haïtien 200.000 h. (estimativas de 1990), assumidas pela Haiticulture (2021). A capital é Port-au-Prince, no Departamento do Oeste. O Mapa 1, mostra os diferentes departamentos que compõem o Haiti.

Mapa 1. Apresentação geográfica do Haiti e de departamento da área de estudo



Fonte: Ricardo Fedzner ALTHONA, 2024

A área metropolitana de Port-au-Prince é uma macrocefalia urbana², onde vive 50% da população urbana do país³, onde tudo se concentra nessa área: serviços, administração pública, população urbana (Goulet, 2000). O seu crescimento urbano aumentou exponencialmente devido a um conjunto de fatores, entre os quais o êxodo rural, que constitui um dos principais fatores explicativos (Noël, 2012). Entre 1950 e 2012, a sua taxa de crescimento urbano passou de 3,9% entre 1950 e 1971 para 4,2% entre 2003 e 2012 (Duval, 2013). Com a capacidade limitada, as pessoas estão a urbanizar as colinas, ravinas, encostas e planícies junto ao mar, a fim de se aproximarem o mais possível de Port-au-Prince. O resultado é o aparecimento de bairros de lata, incluindo: Grand Ravine, Ti Bwa, Cite Soleil, Jalousie, Canaran, dentre inúmeros outros espalhados por todo lado. Esta situação refuta os pontos de vista de alguns investigadores, entre os quais Henry Godard, que consideravam que a cidade de Port-au-Prince não podia expandir-se em direção a “Morne Hôpital” e à orla costeira, dada a hostilidade destas zonas à urbanização no passado.

Na área metropolitana, Port-au-Prince é, por si só, a capital do Haiti e a comuna mais populosa do país. A sua população, que ultrapassa a de vários departamentos, é estimada em 987 310 habitantes (IHSI, 2015). A 1ª Secção Comunal de Turgeau tem mais população (cerca de 530.000 habitantes) do que vários departamentos, nomeadamente Nippes e Nord-Est. Este contingente demográfico demanda uma divisão em três (3) circunscrições eleitorais, cada uma das quais elege um deputado para a câmara baixa (câmara dos deputados).

Port-au-Prince, como muitas cidades em desenvolvimento, conheceu um forte crescimento urbano marcado por acontecimentos ligados à história política do país ou por episódios catastróficos (Bezunesh Tamru, 2016). Tendo um crescimento demográfico a partir destes acontecimentos: a ocupação americana (1915-1934), o declínio do sector agrícola por volta dos anos 80, a queda do regime de Duvalier em 1986. Com a amplitude do êxodo rural por volta de 1999, e a concentração da maior parte das atividades econômicas do país. Entre 1980 e 2023, Port-au-Prince registou uma urbanização exponencial. A tabela 1 resume o seu nível de urbanização nos últimos 40 anos.

³BANCO MUNDIAL, 2017

Tabela 1. Evolução da população em Port-au-Prince (1980-2023)

Períodos	Estimativas da população
1980 – 1990	701 000
1990 – 2000	1 693 000
2000 – 2010	2 141 000
2010 – 2023	2 987 000

Fontes: Port-au-Prince, Haiti população do métróaréa 1950-2023.

O processo de crescimento adquiriu uma nova dimensão principalmente nos últimos dez anos, devido à aceleração da expansão urbana na aglomeração, numa altura em que o ritmo de crescimento da população na aglomeração está a abrandar, pelo menos na parte geralmente designada por “área metropolitana” (ZMPAP). Trata-se, sem dúvida, de um fenómeno de expansão urbana, mas também de um mecanismo de redistribuição da população no interior da aglomeração.

À medida que a aglomeração de Port-au-Prince se tornou parte do processo de globalização, ela passou a abrigar o setor de subcontratação em 1960, e parques industriais foram construídos, bem como novas instalações (porto, aeroporto etc.), tendo sido aí construídos parques industriais e novas instalações (porto, aeroporto, etc.). Estes equipamentos atraíram um número crescente de habitantes rurais (Lucien, 2018). Assim, a aglomeração está a ser reforçada estando no centro dos movimentos residenciais no território nacional: é o local preferido dos migrantes internos. Os movimentos residenciais são uma força motriz importante que molda o tecido urbano. Estão no centro de processos como a gentrificação e a expansão urbana. Investigadores como Florinet Semmoud, explicam e especificam que a mobilidade residencial está na origem de dinâmicas quase síncronas, ou seja, a metropolização, a desertificação e mesmo a expansão urbana. James Darbouze et al. (2018) afirmam:

A metropolização da capital haitiana reforça um certo número de questões de planeamento e de desenvolvimento urbano, nomeadamente a governação, as desigualdades socioespaciais e a equidade em termos de habitação e de acesso às infraestruturas e aos serviços (James Darbouze et al., 2018).

Neste contexto, faz sentido colocar as seguintes questões: como o problema da habitação e a concentração dos serviços públicos na área metropolitana contribuem para a proliferação de bairros precários em Port-au-Prince? Como o Estado está a lidar com o problema da habitação?

Estas questões nos levam a postular que: a forma como o espaço é apropriado em Port-au-Prince pode ser explicado pela impudência, a falta de planeamento urbano - de um plano de desenvolvimento equitativo - e a fraqueza das autoridades estatais, que estão na origem da rápida proliferação de bairros precários. Além disso, a política de *laissez-faire* adotada pelas autoridades revela a falta de vontade do Estado em resolver estes problemas, em detrimento dos mais vulneráveis.

Objetivo Geral

Analisar elementos económicos, sociais e ambientais que possam explicar a proliferação de moradias precárias na comunidade de Port-au-Prince.

Objetivos específicos

1. Identificar o nível de vulnerabilidade social e ambiental da área de estudo em relação à urbanização e ocupação do espaço.
2. Verificar a capacidade dos habitantes para lidar com os problemas de habitação.
3. Compreender a percepção dos habitantes sobre o problema habitacional.

No âmbito do nosso estudo, para atingir os objetivos e verificar as hipóteses do nosso trabalho, utilizaremos uma metodologia que destaca um conjunto de técnicas e métodos. Estas que nos levam a adotar: Uma metodologia mista que combina dados qualitativos e quantitativos.

- Observação direta e inquérito no terreno de estudo, o qual exige uma deslocação direta/física no terreno para recolher certas informações e um conhecimento/avaliação da área de estudo. Escolheu-se o método de amostragem não probabilística, que consiste em entrevistar uma fração da população representativa da

população estudada. Pesquisa documental para aceder à informação que nos permitirá verificar a nossa hipótese.

Em um contexto analítico ou de pesquisa, uma metodologia rigorosa é essencial para garantir a consistência, a qualidade e a eficácia dos resultados. Esta seção explora os princípios fundamentais subjacentes a um método específico e, ao mesmo tempo, fornece recomendações práticas para sua aplicação eficaz. Assim, nos parágrafos a seguir, detalhamos o processo metodológico utilizado.

Procedimentos metodológicos

A metodologia é o principal elemento que destaca a pesquisa, sendo um processo dinâmico ou uma abordagem racional que permite examinar fenômenos, problemas a serem resolvidos e obter respostas precisas das investigações. Portanto, temos objetivos a atingir no âmbito do nosso estudo e da verificação das hipóteses do nosso trabalho. Isto permite-nos prosseguir com uma metodologia que destaca um certo número de técnicas e métodos que nos levam a adotar:

- Uma metodologia mista que consiste na combinação de dados qualitativos e quantitativos.
- Observação e investigação direta na área de estudo.
- Pesquisa documental para acessar informações que nos permitirão verificar nossa hipótese.

Com efeito, a pesquisa documental foi realizada na biblioteca do Instituto Superior de Estudo e Investigação em Ciências Sociais (IERAH/ISERSS), e na biblioteca central da UFPA. Foram utilizados diversos artigos especializados na Internet, baseados no tema do nosso trabalho de investigação, de forma a aceder a informação que nos permitirá verificar as nossas hipóteses. Portanto, para facilitar a redação deste trabalho de pesquisa, foram consultados diversos documentos disponíveis (livros, periódicos, relatórios de pesquisas e estudos, etc.). Os dados utilizados e os estudos relativos à vulnerabilidade de Port-au-Prince a vários riscos, à urbanização de Port-au-Prince, às favelas de Port-au-Prince, ao problema habitacional, à centralização de Port-au-Prince, bem como relatórios técnicos sobre diversos aspectos da gestão ambiental e do desenvolvimento humano. Esses dados vêm de várias fontes, incluindo:

- Instituto Haitiano de Estatística e Informática (IHSI)
- Sistema Nacional de Gestão de Riscos e Desastres (SNGRD)
- Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR)
- Informações coletadas de pessoas com recursos populacionais.

As informações obtidas permitiram compreender os hábitos culturais e a percepção das populações relativamente à proliferação de bairros precários, ao problema da habitação, ao banditismo e compreender as medidas adaptativas que estão a desenvolver para lidar com os perigos naturais em particular, as cheias, os conflitos, serviços básicos. Assim, a percepção da proliferação de bairros precários pela população da área de estudo foi determinada por meio de uma abordagem participativa por meio de questionários destinados aos moradores da área de estudo.

A avaliação da extensão do problema habitacional no que diz respeito à urbanização e à concentração de serviços públicos em Port-au-Prince: uma contribuição para o desenvolvimento da habitação precária foi feita pelos dados coletados em campo e pelos encontrados em artigos, livros, documentários. Os softwares QGIS e ARCGIS foram utilizados para fazer projeções gráficas. Word e Excel também são usados para processamento de dados.

Observação direta e investigação de campo.

Todo trabalho de pesquisa requer viagens diretas/físicas ao campo para coletar certas informações e ter certas estimativas da área de estudo. Isto permite também avaliar os métodos de gestão da população, os condicionalismos ambientais, o modo de apropriação do espaço, o nível socioeconômico da população e o seu nível de vulnerabilidade. Esta observação direta foi um dos momentos chave na realização deste trabalho de investigação. Foi realizado através de uma grelha de observação que permitiu observar as diferentes formas de ocupação do espaço (habitação, atividades, população), o estado do ambiente, as infraestruturas, os montes de lixo, o solo e a importância das zonas de inundação. As pessoas entrevistadas foram um total de 40. O questionário de coleta de dados (APÊNDICE I) focou nos pontos relacionados a sua área de origem, seu relacionamento social, os problemas que enfrentam, seu estilo de vida, suas atividades, seu acesso aos serviços básicos, as ações das autoridades locais a seu favor, dentre outras informações. Os dados físicos e

socioeconómicos viria de serviços do Estado, diversas administrações (públicas/privadas), relatórios de peritos em seguros. Esta informação permitiu-nos ter uma ideia do seu envolvimento na gestão ambiental, no ordenamento do território, nos planos contingentes em caso de catástrofes naturais (inundações), na monitorização realizada e na avaliação das atividades implementadas pelos intervenientes envolvidos para evitar possíveis inundações⁴.

No quadro do questionamento, optou-se por utilizar o método amostral não probabilístico que consiste em questionar uma fração dita representativa da população estudada. Assim, selecionamos cerca de vinte (20) casas como amostra, aleatoriamente, os entrevistados foram escolhidos. Foram utilizadas ferramentas de recolha de dados, o objetivo é recolher todos os dados acessíveis e relevantes com a maior precisão possível, traçar o contexto do problema habitacional e da proliferação de bairros precários, e recolher a informação. As respostas fornecidas pelas instituições e pelos moradores da área de estudo permitiram uma análise aprofundada para melhor compreender a origem e os múltiplos efeitos da ocupação do espaço de forma anárquica no resultado dos bairros precários e na reação do estado.

Para analisar os vários questionários de inquérito e as grelhas de observação que foram desenvolvidas, procedeu-se à leitura atenta dos vários formulários preenchidos. Isto permitiu-nos distribuir os dados de acordo com a sua natureza e a especificidade dos objetivos.

Limites de trabalho

O problema da habitação no que diz respeito à urbanização e à concentração dos serviços públicos em Porto Príncipe: uma contribuição para o desenvolvimento da habitação precária, é um tema bastante amplo. É por isso que não pretendemos abordá-lo na íntegra, nem pretendemos dizer tudo sobre este assunto. Dito isto, este trabalho tem limites, e os seus limites devem-se aos diferentes problemas que enfrentamos durante o nosso trabalho de campo.

Em primeiro lugar, a nossa investigação coloca um problema de delimitação da proliferação de bairros precários que não conseguimos observar devido a necessidade da permissão de um líder bandido para adentrar determinados bairros.

⁴Dados coletados no IHSI, CIAT, MTPTC.

Depois, encontramos dificuldades na recolha de informação relevante em função da população de certas áreas serem um pouco céptica, provocando atos de banditismo e conflitos entre grupos armados em áreas vizinhas.

Em suma, neste trabalho, as limitações são também consequência das restrições impostas a todas as pesquisas acadêmicas em nível de mestrado. Porém, este trabalho de memória nos será útil para a continuidade de nossa carreira acadêmica. Conscientes disso, nos entregamos de corpo e alma para a realização deste trabalho. Além disso, esperamos que acima de tudo, por se afirmar científica, esta pesquisa possa ajudar a compreender a ocorrência da proliferação de bairros precários.

CAPÍTULO I: QUADRO TEÓRICO DO PROBLEMA DA HABITAÇÃO EM RELAÇÃO À URBANIZAÇÃO

Um trabalho sobre “O problema da habitação em relação à urbanização e à concentração dos serviços públicos em Port-au-Prince: uma contribuição para o desenvolvimento da habitação precária”, requer a definição e desenvolvimento prévios de um certo número de conceitos e expressões-chave.

1.1- O problema da habitação social

As cidades desempenharam um papel central no desenvolvimento e na difusão do capitalismo ao longo da história, e esta interação continua a evoluir. As cidades têm sido frequentemente grandes centros econômicos nos sistemas capitalistas. São locais onde se concentram empresas, mercados financeiros, comércio e indústrias, facilitando a divisão do trabalho, princípio fundamental do capitalismo. Diferentes setores econômicos e indústrias podem especializar-se, criando interdependência que promove o crescimento econômico. Isto promove o dinamismo econômico específico do capitalismo.

As cidades oferecem um grande mercado de trabalho, atraindo trabalhadores qualificados e não qualificados. A mobilidade laboral é uma parte importante do funcionamento do capitalismo, permitindo que as empresas se adaptem rapidamente às mudanças econômicas. Os centros de comércio internacional, facilitando a troca de bens e capitais à escala global, impulsionam a produção e a distribuição. Os distritos financeiros das grandes cidades costumam abrigar importantes instituições financeiras e bancárias. Esses centros financeiros são essenciais para a gestão de capitais e investimentos.

No entanto, a concentração da riqueza nas cidades também pode levar à desigualdade econômica e social, com disparidades entre bairros ricos e pobres. Os estilos de vida urbanos ligados ao capitalismo também podem ter impactos ambientais significativos, como o elevado consumo de energia e as emissões de gases com efeito estufa. Desenvolveram-se muitas críticas em torno do impacto do capitalismo nas cidades, destacando questões como a gentrificação, a expulsão de populações vulneráveis e a comercialização excessiva do espaço público. A relação entre a cidade e o capitalismo é, portanto, dinâmica e tem aspectos positivos e negativos. Debates e discussões sobre como conciliar o dinamismo econômico

urbano com considerações sociais e ambientais estão no centro do pensamento atual sobre o desenvolvimento urbano.

Nas economias capitalistas, a compra, venda, aluguel e desenvolvimento de imóveis é um setor chave. Os capitalistas investem frequentemente em bens imobiliários para gerar rendimentos passivos, quer através do arrendamento de propriedades, quer através da especulação sobre o aumento do valor das propriedades. A habitação torna-se assim um meio para os capitalistas acumularem e aumentarem o seu capital.

Como resultado, a abordagem de Raquel Rolnik(2015), à habitação é frequentemente orientada para os direitos humanos, a justiça social e a crítica às políticas urbanas que promovem as desigualdades. Ela tem sido particularmente crítica em relação a certas práticas ligadas à especulação imobiliária, à gentrificação e ao despejo de comunidades vulneráveis.

No que diz respeito à questão do capitalismo, é importante notar que Raquel Rolnik (2015) tem criticado frequentemente os impactos nocivos do modelo económico capitalista na habitação e na urbanização. A autora destacou como as forças de mercado e as lógicas capitalistas podem contribuir para a marginalização de grupos sociais desfavorecidos, para a acentuação das desigualdades e para a deterioração das condições de vida nas áreas urbanas. Nos seus escritos e discursos, Raquel Rolnik (2015), aborda frequentemente a necessidade de repensar as políticas urbanas e habitacionais para alinhar com princípios de justiça social, equidade e respeito pelos direitos humanos. Oferece alternativas que vêem a habitação como um direito fundamental e não simplesmente como uma mercadoria sujeita às forças do mercado.

"Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana" é um livro de David Harvey publicado em 2012. Este livro examina as tensões entre a cidade capitalista contemporânea e os movimentos sociais urbanos que buscam criar espaços urbanos mais justos. Explora como os cidadãos podem reivindicar o seu direito de moldar o espaço urbano e participar ativamente nos processos de tomada de decisão da cidade e destaca como estes movimentos podem surgir em resposta a questões como a gentrificação, os despejos, a privatização do espaço público e outras formas de injustiça urbana.

O imobiliário em geral e a habitação em particular, segundo Raquel Rolnik(2015), constituem uma das mais recentes e poderosas fronteiras para a expansão do capital financeiro nas últimas décadas. A crença de que os mercados poderiam regular a atribuição

de terrenos e de habitação urbana como uma forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e "criativos" relacionados com a habitação, levou as políticas públicas a abandonar o conceito de habitação como um bem social e a a cidade como objeto público. As políticas habitacionais e urbanas já não fazem parte dos bens comuns que uma sociedade concorda em partilhar ou fornecer àqueles que têm menos recursos, como forma de distribuição de riqueza. Este processo resultou na expropriação massiva, tanto de terras como de território, e na criação de pobres urbanos “sem lugar”, além de aumentar a segregação nas cidades. Tomando a década de 1990 como ponto de partida e a atual crise financeira como o primeiro grande colapso internacional, a tese oferece uma visão global da mudança de paradigma no sentido da colonização da terra urbana e da habitação pelas finanças globais⁵.

1.2- Crescimento urbano descontrolado/desenvolvimento de favelas

Devido à crescente procura de habitação a preços acessíveis, estão a desenvolver-se bairros degradados, caracterizados por más condições de vida, habitação informal e falta de infra-estruturas básicas. Muitas vezes colocados em áreas de risco, a falta de regularidade os torna, em todo caso, precários e mergulha os moradores das favelas em total insegurança quanto ao usufruto de seu lar. Como a grande maioria das instalações é ilegal, as moradias nas favelas podem ser removidas, caso contrário a própria favela será completamente destruída. No entanto, Mike Davis(2006), deseja refutar a ideia, muitas vezes partilhada, segundo a qual os habitantes dos bairros de lata ocupam as suas casas gratuitamente, os bairros de lata também estão incluídos num mercado de arrendamento que consiste na exploração dos mais pobres.

Na verdade, as estatísticas apresentadas por Mike mostram que a maioria dos moradores urbanos do Sul vive em favelas, ou seja, mais de 200.000 favelas no planeta com características comuns: como condições insalubres, falta de acesso aos serviços públicos mais básicos (água, electricidadeetc.).

A favela está localizada na maior parte do tempo na periferia da cidade. Segundo Mike Davis 2006, pode ser descrito como um “lixão humano” se considerarmos que a sua principal função é reunir aqueles que a cidade rejeita. Na verdade, a cintura de bairros de lata que rodeia certas grandes cidades do Sul é o lar de uma grande proporção da população rural

⁵ROLNIK Raquel “Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças, 2015.

pobre que, no seu êxodo, nunca conseguiu aceder plenamente à cidade. A expressão “lixão humano” é reforçada pela proximidade dos homens e do lixo, indicativo das condições de vida desses marginalizados⁶.

1.3- A abordagem teórica da urbanização e da habitação precária

A urbanização massiva da população é um fenómeno recente. Foi o crescimento demográfico e a revolução industrial que impulsionaram a urbanização nos países do norte e a cidade tornou-se, nos séculos XIX e XX, o nexo do progresso e o berço da civilização moderna. A urbanização espalhou-se então para o sul do país a partir da década de 1950, num contexto de verdadeira explosão demográfica e de difícil desenvolvimento.

1.4- - Urbanização, a discussão antiga com um carácter novo.

Urbanização significa um processo de desenvolvimento das cidades e concentração da população nas cidades. Na verdade, a palavra urbanismo é recente e remete à contemporaneidade. Assim, existem muitos debates a respeito do surgimento das primeiras cidades.

O período Neolítico é acompanhado por um modelo de subsistência de grupos humanos baseado na agricultura e pecuária com a cultura de Cucuteni-Trypillia. Isto implica uma estabilização gradual. No final deste período, surgiram as primeiras cidades, incluindo: "na Ucrânia, Roménia e Moldávia", altamente planeadas e organizadas num plano elíptico concêntrico que poderia atingir mais de 15.000 habitantes e vários quilómetros quadrados (Girard J.P, 2006).

Então, grandes cidades apareceram na Antiguidade antiga na Mesopotâmia. Conhecemos em particular a cidade de Uruk ou Jericó. As cidades então se espalharam pelo Vale do Jordão, Vale do Indo e Rio Yangtze, onde grandes cidades se desenvolveram em torno de áreas agrícolas⁷. Por volta de 1000 aC as cidades se espalharam pela América Central. Mais tarde, o modelo de cidade surgiu no sul da Europa.

⁶DAVIS Mike, Planeta de favelas, 2006.

⁷GIRARD, J. P (2006), Solidariedade e urbanização em Pequim: O exemplo da vila de Zhejiang. disponível em: espaços e sociedades, 127: 33-46.

A partir do século X, nomeadamente com o desenvolvimento das bastides em França, ocorre um primeiro movimento de reagrupamento em direcção às cidades. Este crescente movimento de urbanização ocorreu na Europa durante a Idade Média. Daí surge a construção de grandes catedrais góticas e a fundação das primeiras universidades, uma classe muito específica chamada burguesia (no sentido de habitantes da cidade). Dentro destas novas comunidades urbanas, estão a desenvolver-se novas formas de trabalhar, conviver e governar(Girard, J.P, 2006).

Desde as primeiras cidades no final do Neolítico, a urbanização continuou a crescer ao longo dos tempos. Na Europa, o processo intensificou-se na Idade Média, depois acelerou subitamente com o advento da era industrial e o fenómeno do êxodo rural motivado pelo desenvolvimento da indústria e dos serviços, fontes de novos empregos. Na França, a urbanização começou de forma muito gradual com o início da Revolução Industrial em meados do século XIX. À medida que a atividade económica transitava de um modelo essencialmente agrário para um modelo mais industrial, as populações deslocavam-se para encontrar empregos que muitas vezes eram oferecidos nas cidades. O êxodo rural foi especialmente rápido a partir do início do século XX e, em particular, entre as décadas de 1920 e 1930. Até o início da década de 1930, a maioria da população ainda era rural, mas a partir desse período a situação começou a se inverter(Annette Ciattoni e Yvette Veyret, 2015)

Com a descolonização do África e de alguns países asiáticos, por volta das décadas de 1950 e 1960, o fenómeno se intensificaria. Chegados à década de 1970, os fenómenos urbanos assumiram um aumento extraordinário com a crise da dívida e o choque do petróleo, especialmente nos países em desenvolvimento onde o êxodo rural se tornou uma ocorrência diária. Isto implica que a cidade está a tornar-se muito dinâmica onde falamos muito sobre o conceito de dinâmica urbana. Este último que:

Detecta o processo de reprodução tanto ao nível espacial com a sua dimensão económica e político-estratégica, como ao nível vivido. A prática socioespacial se revela através dos modos de uso, do conteúdo social das relações espaciais presentes e mostra o empobrecimento que essas relações vivem hoje(Alessandri Carlos, 2008, p. 86).

No mundo, observamos fenómenos de urbanização em quase todo o lado. Geralmente, a urbanização anda de mãos dadas com o desenvolvimento económico industrial de uma região ou país. Em busca de um desenvolvimento económico mais favorável, muitas

populações estão a deslocar-se para as cidades. Atualmente, mais de 70% da população mundial vive em cidades, em comparação com apenas 15% em 1900 ou 50% em 2007. Esta explosão urbana, comparada com a revolução neolítica ou a revolução industrial, segundo Mike Davis(2006), causa enormes problemas. Desde 1950, segundo Mike, as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional mundial, e as suas projecções populacionais para 2050 mostram que mais de 95% desta explosão populacional será acomodada nos centros das cidades do sul⁸.

Portanto, a expansão dos espaços urbanos em todo o mundo tem grandes impactos nas áreas urbanas. porque os Estados dos países em desenvolvimento enfrentam problemas que, em conjunto, aumentam a procura exponencial de habitação, emprego, educação e saúde, gestão de resíduos, tráfego automóvel, expansão desordenada dos bairros de lata, desenvolvimento urbano, sistemas de evacuação de águas residuais ou sistemas de fornecimento de eletricidade⁹. O fenómeno leva as pessoas a falar em sobre a crise nas áreas urbanas em todo o mundo, tanto a nível sociopolítico como económico. Já que o crescimento populacional nas cidades nem sempre é planeado. Há muitas vezes um defasamento entre a oferta e a nova procura, criado pelos recém-chegados que não conseguem satisfazer¹⁰. As pessoas têm sido frequentemente expostas a grandes riscos.

Já Erminia Maricato(2011), em seu livro “O Impasse da Política Urbana no Brasil”, publicado pela Editora Vozes, oferece uma reflexão sobre as raízes desses impasses. Trata da política urbana do setor habitacional no Brasil, com ênfase nos resultados recentes das lutas pela reforma urbana e seus reflexos nos movimentos sociais que deram origem à urbanização. impasses políticos e o futuro das cidades. Discute o futuro das cidades brasileiras na perspectiva do fim de um ciclo, ou seja, do fim de um período denominado Reforma Urbana que se iniciou na década de 1960 com a política social. No capítulo “Para uma nova orientação teórica na pesquisa habitacional”, a autora retorna a um tema que, nas décadas de 1970 e 1980, ocupou grande parte dos académicos progressistas, de filiação marxista, sobre o ambiente construído. Ela alerta assim, contra a ênfase excessiva colocada no consumo, enfatizando a centralidade teórica da questão da produção, ignorada até por

⁸DAVIS Mike, **Planeta Favela**, 2006.

⁹Atlas de um mundo em mudança, edições Tallandier/ARTE, 2007.

¹⁰VOLDMAN Daniele. **Sobre crises urbanas. In: século XX, revisão histórica, n°64, outubro-dezembro de 1999. Cidades em crise?**p.5-10; http://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1999_num_64_1_3887

muitos acadêmicos interessados em tecnologias de construção. A reflexão permanece atual no que diz respeito ao mercado imobiliário periférico ou patrimonial em países como o Brasil e no que diz respeito à importância de estudar a produção/oferta/construção de habitação¹¹.

1.5 O aumento da urbanização e das desigualdades sociais, objeto de vulnerabilidade.

Toda urbanização agrava ou gera diversos riscos, mas ao mesmo tempo torna-se objeto de vulnerabilidade diante de diversos perigos naturais e tecnológicos¹².

A partir do século XIX, o fenômeno da urbanização conheceu uma aceleração sem precedentes que continua até hoje. É facilmente medido pela proporção da população mundial que vive em áreas urbanas em detrimento do campo. Assim, mencionaremos alguns pontos que estão causando o aumento da urbanização em todo o mundo.

1.5.1 Nos países industrializados e do terceiro mundo

A maioria das cidades dos países desenvolvidos tem séculos de existência. Nasceram do comércio (local de troca, encruzilhada de vias de comunicação) ou da indústria que atrai mão de obra. Aqueles com status de capital experimentaram um desenvolvimento acelerado. Nas últimas décadas, muitas cidades devem o seu crescimento ao desenvolvimento do setor terciário, que se localiza principalmente nas cidades (escritórios, comércio). Os empregos são os únicos motivos que levam os moradores a se instalarem na cidade.

Assim, todos os países menos desenvolvidos registaram um crescimento populacional muito forte desde a década de 1950. Como as pessoas vivem em áreas de risco, este dinamismo demográfico, que continuará, tem repercussões na cidade. As cidades em países menos desenvolvidos crescem, portanto, em grande parte naturalmente, isto é, através da diferença entre nascimentos e mortes. Além disso, a população do Terceiro Mundo é jovem, cerca de metade tem menos de 15 anos. Os jovens habitantes das cidades, por sua vez, terão filhos, ajudando assim a manter um forte crescimento da população da cidade. O êxodo rural, que se refere à fixação de populações do campo nas cidades, cessou nos países industrializados. Por outro lado, é muito forte nos países menos desenvolvidos, onde contribui

¹¹MARICATO Ermínia, O Impasse da Política Urbana no Brasil, Editora Vozes, 2011.

¹²DUBOIS Jocelyne, MAURY, Grandes metrópoles enfrentando riscos naturais e tecnológicos, 2012.

Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-securite-et-strategie-2012-2-page-47.htm>.

para acelerar o crescimento urbano: cerca de metade dos novos habitantes das cidades provêm do campo. O êxodo rural, em expansão, tem várias causas: em primeiro lugar, trata-se dos camponeses que vão para a cidade para fugir do campo e dos seus problemas. Tais como: fome ou desnutrição (na Índia), falta de dinheiro, Guerras (em Ruanda), falta de serviços básicos (saúde em particular).

As muitas desvantagens do campo incentivam, portanto, os residentes a se estabelecerem na cidade. Ao mesmo tempo, a cidade atraiu agricultores. Representa a esperança de encontrar um emprego, de ganhar dinheiro, de viver uma vida melhor. A cidade também é um símbolo de liberdade e acesso ao modo de vida ocidental.

Com o ritmo de crescimento exagerado da urbanização, segundo as projeções das Nações Unidas, a taxa de urbanização do planeta ultrapassará os 60% em 2030 (United Nation, 2004), os problemas continuam a aumentar a nível econômico, sócio-político e ambiental. O aumento da população e suas atividades contribuem para a vulnerabilidade da população a diversos riscos ambientais.

As favelas estão, obviamente, localizadas nas áreas menos desejáveis da cidade. Muitas vezes, são encontrados no coração de áreas de riscos ambientais. Paradoxalmente, a sua vulnerabilidade aos desastres naturais representa, sem dúvida, a sua melhor oportunidade de resistir à pressão imobiliária e ao aumento dos preços dos terrenos.

De um modo geral, as desigualdades que Mike Davis(2006), descreve no mundo urbano correspondem a uma humanidade a duas velocidades. Os mais numerosos, os mais pobres, vivem em condições terríveis e são aqueles que têm menos acesso aos recursos naturais e aos serviços públicos.

O documento título, leis e regulamentos de planeamento urbano, detalha as áreas relativas ao desenvolvimento urbano. Nas quais se incluem as leis sobre o princípio geral, o alvará de construção, a prescrição de reparação ou demolição, as disposições interiores das construções, as disposições exteriores das construções e o saneamento dos edifícios, vias públicas e loteamentos do domínio público¹³.

¹³Leis e regulamentos de planeamento urbano do Haiti.

O planejamento territorial é uma disciplina que trata de questões relacionadas à organização do espaço e ao desenvolvimento urbano. Formaliza o processo de responsabilização pela gestão racional da terra e dos recursos, considerando os intervenientes e fatores envolvidos neste processo à escala local, regional e nacional. Procura satisfazer as necessidades das populações afetadas, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável e da equidade entre regiões e grandes centros urbanos. Pretende também apropriar-se dos principais quadros teóricos e conceitos aplicados em contextos de planejamento relevantes, considerando vários tipos de territórios: cidades, subúrbios, zonas rurais, espaços naturais, espaços marinhos, etc. Na sua essência, o ordenamento do território é considerado uma disciplina transversal que visa planear o uso do solo, coordenar as atividades produtivas e organizar edifícios e habitações num espaço. É o mesmo para a comuna de Port-au-Prince para todas as cidades do país.

Constatamos que o território haitiano sofre de um enorme défice de desenvolvimento, que não deixa de ter efeitos no lamentável estado do seu ambiente. Na verdade, o ambiente haitiano atingiu um nível tão elevado de degradação que continua a ser um dos maiores desafios para o desenvolvimento no Haiti é a questão da terra. Em Port-au-Prince, a ocupação do espaço não é diferente. É a desordem total da aglomeração espontânea que dá origem a grandes favelas como as de Martissant e os bairros de Grand Ravine e Tibwa. Até agora, a Câmara Municipal de Port-au-Prince não tomou quaisquer medidas reais para impedir esta ocupação desregulada do espaço.

Ao contrário do que se deveria fazer; prefere-se assistir passivamente a população no modo de apropriação. Consequentemente, são estes que aumentam o nível de vulnerabilidade do país a desastres cada vez mais devastadores. O país inteiro está em colapso em menos de 40 segundos durante a terramoto de 2010. Embora tudo nos diga que o nosso ambiente, por culpa nossa e de um Estado irresponsável, tornou-se uma bomba-relógio contra nós. Desde o início da década de 1960, houve certo esforço estatal para desenvolver o território haitiano. Este esforço partiu da constatação de que o país se debatia com um plano de desenvolvimento que fazia da capital o único centro de atividade do país em termos de serviços e infra-estruturas importantes, com as consequências de aumentar as disparidades entre as principais cidades do país e, portanto, provoca uma forte migração em direção à capital.

Duas grandes preocupações orientaram sucessivamente este esforço: a necessidade de regionalização do país, por um lado, e os imperativos da descentralização e do

planeamento territorial, por outro. No entanto, tudo isto continua condicionado à adoção e prática de uma melhor governação ambiental e territorial, considerada um instrumento essencial se quisermos concretizar estas prioridades. Mas o objetivo parece totalmente diferente; porque até hoje observa-se os mesmos problemas e nada se resolve. É uma boa prática para qualquer pessoa que pretenda transformar ou desenvolver terras considerar primeiro as preocupações públicas relativamente ao efeito que o desenvolvimento proposto pode ter nos recursos ambientais ou nos recursos do património cultural. Mas, isso que não é levado em consideração, as prefeituras dos municípios apenas aproveitam o imposto de aluguel e os custos de construção ao invés de agirem adequadamente tendo uma má gestão de resíduos.

Capítulo II: Processo de urbanização em Port-au-Prince

Desde meados do século XX, o mundo tem vivido uma aceleração muito forte da urbanização, que se reflete no aumento da população, da dimensão e das atividades das cidades. A maioria das cidades dos países desenvolvidos tem séculos de existência. Nasceram do comércio (local de troca, encruzilhada de vias de comunicação) ou da indústria que atrai mão de obra. Aqueles que também têm o estatuto de capital experimentaram um desenvolvimento acelerado. Nas últimas décadas, muitas cidades devem o seu crescimento ao desenvolvimento do setor terciário, que está localizado principalmente nas cidades (escritórios, lojas, etc.). Os moradores, portanto, instalam-se na cidade, perto de empregos. No entanto, este crescimento urbano coloca muitos problemas, especialmente nos países menos desenvolvidos. Todos os países menos desenvolvidos registaram um crescimento populacional muito forte desde a década de 1950. Este dinamismo demográfico, que continuará, tem repercussões na cidade. As cidades dos países menos desenvolvidos crescem, portanto, em grande parte naturalmente, isto é, através da diferença entre nascimentos e mortes. Port-au-Prince foi criado pela administração colonial em 1749 para substituir Cap-Français (atual Cap-Haïtien). Até ao início do século XX, a cidade manteve-se modesta em tamanho num território nacional multipolar (Anglade, 1982, p. 7). No entanto, tem um grande apelo para as populações rurais e cidades de outros departamentos, que continuarão a fortalecer-se.

A urbanização da capital do Haiti, incluindo Port-au-Prince, é um tema complexo e muitas vezes problemático. Foi, portanto, moldada por fatores históricos, econômicos,

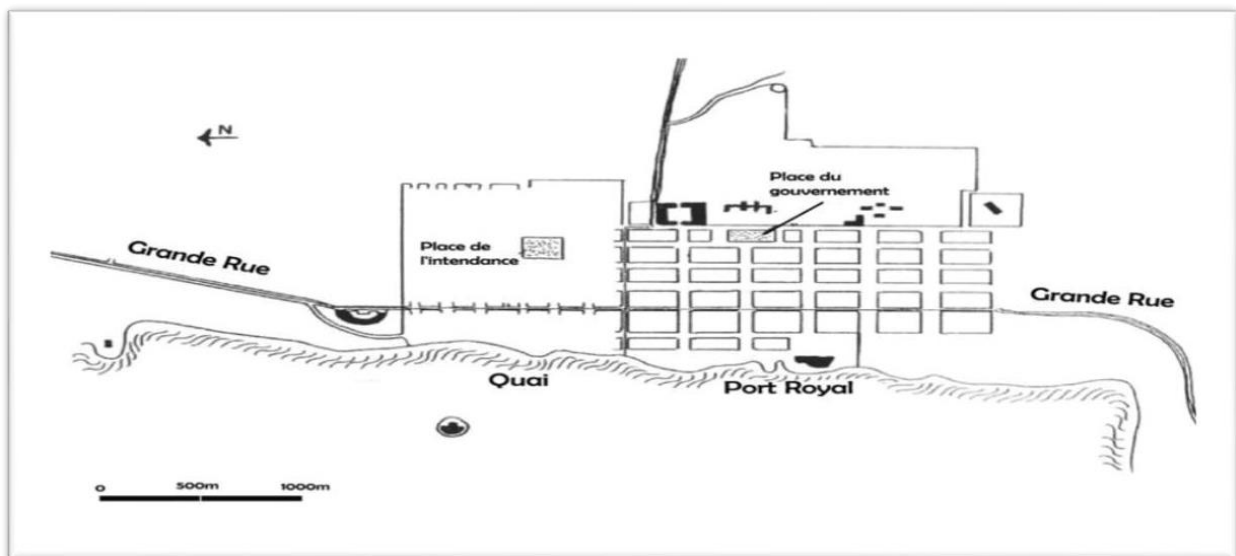
sociais e políticos, criando uma cidade com diversidade arquitetônica e topografia complexa. Ao longo dos anos, a cidade conheceu um crescimento rápido e desordenado, caracterizado por uma elevada densidade populacional. Este crescimento contribuiu para o surgimento de assentamentos informais e de questões relacionadas com a infra-estrutura urbana. Esta rápida urbanização levou a vários desafios, incluindo problemas de habitação informal, bairros degradados, congestionamentos de trânsito, problemas de saneamento e aumento dos riscos de segurança e de saúde pública. A situação foi agravada por acontecimentos como o devastador terremoto de 2010, que causou danos significativos às já frágeis infra-estruturas da cidade e levou a uma deslocação massiva da população para áreas urbanas já sobrelotadas. A seguir será apresentado um panorama do início da urbanização de Port-au-Prince.

2.1- Urbanização de Port-au-Prince durante a era colonial:

A cidade foi fundada em 1749 pelo francês Pétion de Ville neuf, mas começou a ganhar destaque durante o século XVIII. Durante o período colonial (Mapa 2), a urbanização de Port-au-Prince foi influenciada pelas políticas e estratégias das potências coloniais que controlaram o Haiti em diferentes períodos.

Sob o domínio francês, Port-au-Prince era uma cidade importante, mas o seu desenvolvimento urbano era limitado em comparação com outras colônias francesas mais ricas, como Santo Domingo (atual República Dominicana). A cidade era principalmente um centro administrativo e comercial, mas não rivalizava com outras grandes cidades coloniais em tamanho ou desenvolvimento urbano.

Mapa 2: Esboço da planta de Port-au-Prince durante a era colonial.



Fonte: Leslie Voltaire, 2013.

No entanto, ao longo do tempo, Port-au-Prince registou algum crescimento urbano, em parte devido à sua importância estratégica como porto marítimo e centro comercial. A cidade também foi centro da escravidão e do tráfico de escravos para a França, principalmente devido à produção de açúcar, café e índigo. A urbanização inicial esteve ligada às necessidades logísticas do comércio marítimo, o que contribuiu para o seu desenvolvimento econômico, mas também alimentou tensões sociais. Às vésperas da independência do Haiti, em 1804, a cidade já contava com 24 ruas. Apesar dos constrangimentos naturais e políticos, a cidade regista um crescimento sustentado. De 100 unidades habitacionais em 1751, aumentou para 392 em 1761 e 895 em 1789.

Muito cedo, a sua expansão espacial começou com a adição, em 1750, da habitação de Bretton des Chapelles à de Randot, seguindo a partir de então um ritmo bastante lento. Às vésperas da ocupação americana em 1910, a cidade dificilmente ultrapassa o traçado de 1749, nem que seja com a formação do distrito Saline, estabelecido como vila em 1880 (Lucien, 2013).

Esta situação é inerente a grandes catástrofes que retardaram a sua evolução. Com efeito, os seus primeiros vinte (20) anos foram marcados por dois terremotos devastadores, em 21 de Novembro de 1751 e 3 de Junho de 1770. Mas os fenómenos de origem antropogénica também têm a sua quota-parte de responsabilidade.

Com efeito, o fogo constitui um dos fatores limitantes da sua evolução (Lucien, 2013). Este perigo tão recorrente deixou a sua marca na história de Port-au-Prince, mudando a sua face. A vulnerabilidade da capital a este perigo determinou que o Conselho de Estado adotasse medidas legais a fim de conter os seus impactos em 13 de agosto de 1928 (Lucien, 2013). Assim, para reduzir a precariedade dos pontos de armazenamento de gasolina, causa de incêndios repetitivos, foi aprovada uma lei, a de 13 de agosto de 1928, definindo zonas de armazenamento de combustíveis inflamáveis em cada cidade (Le Moniteur, 1928 in Lucien, 2013). O ano de 1930 viu a construção do terminal Thor, ação que pode ser contada entre as primeiras medidas que contribuíram para a expansão de Port-au-Prince.

A urbanização durante a era colonial foi muitas vezes caracterizada pela segregação espacial, com bairros separados para europeus, afrodescendentes livres e escravos. No entanto, é importante notar que a nossa compreensão da urbanização nesta época pode ser

limitada devido à falta de documentação detalhada sobre a estrutura e o desenvolvimento da cidade durante o período colonial.

2.2- Urbanização de Port-au-Prince causada por acontecimentos históricos

A urbanização de Port-au-Prince foi profundamente influenciada por vários eventos históricos importantes ao longo de sua história. Esses acontecimentos muitas vezes repercutiram na configuração urbana da cidade. Serão apresentados a seguir alguns dos principais eventos que moldaram a urbanização da cidade.

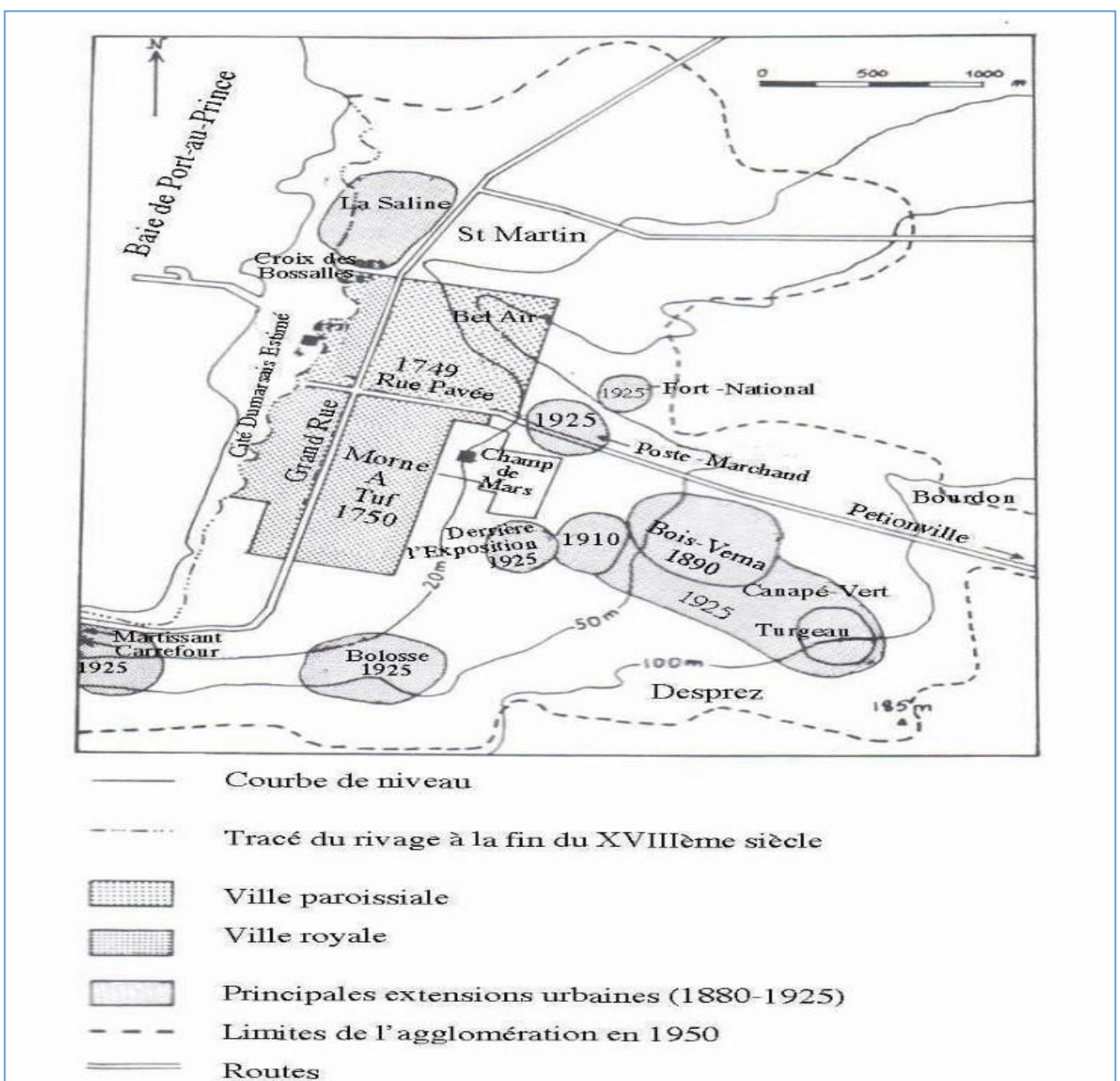
2.1.1- Independência do Haiti (1804)

A independência do Haiti foi um importante ponto de viragem na história do país e da sua capital. Após conquistar a independência da França em 1804, o Haiti teve que reconstruir e reorganizar a sua infra-estrutura urbana e social, o que impactou a urbanização de Port-au-Prince. Esta urbanização, após 1804, foi influenciada por vários fatores históricos, políticos, econômicos e sociais.

Depois de 1804, o Haiti começou a estabelecer as suas próprias instituições governamentais. Isto levou a mudanças na estrutura urbana da capital do país. Nas décadas que se seguiram à independência, que assistiu a um maior desenvolvimento da sua infra-estrutura urbana, incluindo a construção de estradas, pontes e outras instalações públicas. Isso contribuiu para a expansão da cidade e melhorou a conectividade com outras regiões do Haiti. O crescimento populacional e a imigração também foram fatores importantes na sua urbanização. A cidade tornou-se um importante centro econômico e político, atraindo populações de diversas regiões do país, bem como imigrantes estrangeiros. Port-au-Prince tornou-se um importante centro econômico para o comércio interno e externo. O porto da cidade desempenhou um papel crucial no comércio marítimo, promovendo assim o crescimento econômico e a urbanização. Devido ao rápido crescimento populacional e à falta de um planeamento urbano eficaz, grande parte da urbanização na capital pós 1804 foi caracterizada pelo desenvolvimento informal e não regulamentado de bairros residenciais. Isto levou a problemas como superpopulação, pobreza e más condições de vida em partes da cidade e foi atingida por vários desastres naturais ao longo dos anos, incluindo furacões e terremotos. Estes acontecimentos tiveram por vezes efeitos devastadores na urbanização da cidade, destruindo infra-estruturas e habitações e forçando a grandes esforços de reconstrução.

Como resultado, após 1804, esta urbanização foi marcada por um rápido crescimento populacional, um maior desenvolvimento econômico, desafios de planejamento urbano e impactos significativos de desastres naturais. Todos estes fatores ajudaram a moldar a estrutura urbana e a dinâmica social da capital haitiana ao longo do tempo. No mapa 3 é possível observar a distribuição socioespacial da referida capital em 1804.

Mapa 3. Distribuição socioespacial da cidade às vésperas da revolução de 1804



Fonte: Leslie VOLTAIRE, Port-au-Prince : Growth of a Caribbean primate city, Université de Cornell, ITHACA

Nas vésperas da Revolução de São Domingos, a capital do Haiti, estava passando por um processo dinâmico de urbanização. Fundada no século XVII, a cidade tinha-se tornado um importante centro comercial e administrativo. Port-au-Prince, sofreu uma grande mudança em termos de urbanização. As florescentes plantações de açúcar e café da colônia atraíram muitos habitantes, incluindo colonos europeus, escravos e pessoas de cor livres. A cidade, devastada por conflitos, começou a reconstruir-se.

A arquitetura é diversificada, incorporando estilos europeus e refletindo simultaneamente as aspirações nacionais. Foram criadas infraestruturas como estradas, pontes e edifícios públicos para apoiar a nova república.

No entanto, esta urbanização coexistiu com tensões sociais crescentes entre diferentes classes e grupos étnicos, tensões essas exacerbadas pela escravatura e pela desigualdade. Estas tensões conduziram à eclosão de uma revolução que transformou profundamente a sociedade haitiana. Estes fatores dificultaram o desenvolvimento coordenado da cidade, mas Port-au-Prince continua a ser um importante centro cultural e econômico do país, refletindo as lutas e as esperanças do seu povo por estabilidade e identidade.

2.2.2- Ocupação americana (1915-1934)

A instabilidade política vivida pelo país entre 1911 e 1915, levou a quatro presidentes em dois anos, uma série de assassinatos políticos e exílios forçados, os revolucionários dos exércitos do Norte foram os responsáveis por esses golpes, cada um deles era composto por cacos, camponeses-bandidos das montanhas do norte, a invasão da legação francesa, capturando e matando o presidente de Villebrum, Guillaume Same, foram fatores que facilitaram o desembarque de 330 fuzileiros navais americanos enviados pelo presidente americano Woodrow Wilson em 28 de julho de 1915, a fim de proteger os interesses das empresas americanas no país. Durante a ocupação, 300 mil camponeses haitianos emigraram para trabalhar como cortadores de cana, primeiro em Cuba e depois na República Dominicana. Enfrentando todo tipo de repressão e sendo despojados, mais de 30 mil hectares das melhores terras são monopolizados por empresas americanas para o cultivo de alimentos exportáveis, reduzindo assim o espaço agrário dedicado à produção de alimentos.

Os projetos SHADA concederam aos americanos 100 mil hectares de terra para o cultivo de sisal, produto que não atende ao mercado nacional. Além disso, o sisal é um

produto que destrói o húmus e torna a terra imprópria para o cultivo, a menos que seja cultivada para recuperar a sua fertilidade, o que requer muitos anos. A partir de agora, os estrangeiros desde a ocupação americana, contrariando as constituições anteriores, têm acesso a imóveis próprios no país. Isto causou o despejo de muitos camponeses das suas terras e um aumento da pobreza. Por este fato desanimador somado à implacável maldade dos soldados americanos para com os camponeses como parte da aplicação de medidas como a corvee, 300.000 haitianos, em 19 anos, abandonaram o país. Conclui-se que a ocupação deu origem e deixou no país a prática do “Boat People” que até agora grassa e se revela muito destrutiva para a diplomacia haitiana. Cem anos depois, os governos haitianos mantêm a mesma dependência que tiveram, de Sudre Dartiguenave a Sténio Vincent, dos ianques sob a ocupação americana. Tanto é assim que as eleições, que são uma elevada expressão de soberania, dependem da Comunidade Internacional que por vezes chega a ditar determinados resultados. vejamos como isso molda o desenvolvimento desta área, incluindo: Ouanaminth.

Como podemos ver nas fotos abaixo tiradas no terreno a Fort-Liberte (Fotos 1 e 2), estas casas, os trabalhadores e os patrões as habitavam durante o tempo da ocupação. Após a saída dos ocupantes, as residências foram abandonadas e as atividades que realizavam desapareceram. Observa-se que em cada momento as diversas atividades são desenvolvimentos de acordo com as suas necessidades podendo-se ficar sem atividade com o decorrer do tempo. Podemos ver que, em cada período, planejam o território de acordo com suas necessidades e, depois, ele permanece inativo. Os trabalhadores ocupam o espaço localizado na planície, mas os patrões, os castiçais, se instalam nas alturas com casas mais estéticas, atendendo ao padrão construtivo.

Imagem 1. Casas dos Padroeiros



Fonte:Acervo fotográfico do autor (30/07/2017).

Imagem 2. Casas de trabalhadores



Fonte:Acervo fotográfico do autor (30/07/2017).

A ocupação americana do Haiti no início do século XX, em 1914, teve um impacto significativo na urbanização de Port-au-Prince. Isto também tem favorecido uma lógica de centralização (Lucien, 2013, p. 88) e uma expansão urbana desigual e políticas discriminatórias que têm contribuído para as tensões sociais através de privilégios orçamentais e fiscais concedidos à capital e ao seu porto através de projetos infra-estruturais e de modernização que os americanos empreenderam. Daí, o início da evolução da rede urbana haitiana em direção a uma estrutura macrocefálica.

Assistimos, portanto, à concentração de grande parte da população urbana do país na capital haitiana, bem como de instalações de última geração, incluindo: universidades, bancos e hospitais. A capital haitiana também conta com inúmeros serviços médicos e educacionais, o que a torna ainda mais atrativa para celebridades que buscam conforto. Os camponeses pobres foram excluídos do modernismo (Barthélémy, 1991), que era a prioridade das autoridades na década de 1930 - a modernização das cidades, incluindo o fornecimento de estradas, água corrente em edifícios públicos, optando pela imigração internacional para o território dominicano .

Desde 1949, a capital passou por reformas significativas e projetos de construção notáveis para comemorar o bicentenário da cidade e receber exposições internacionais. O centro histórico foi parcialmente reconstruído com a construção de uma grande torre metálica, uma reorganização em tabuleiro de xadrez ao longo de largas avenidas e o

alargamento da orla marítima através de obras de aterro. Na sequência destas ações de embelezamento, o Presidente Paul Eugène Magloire interessou-se pelas questões habitacionais das classes trabalhadoras, criando uma cidade com o mesmo nome acessível através de contratos de arrendamento-compra (Lucien, 2014). As desigualdades e as disparidades entre as diferentes zonas urbanas são tão grandes que impedem efetivamente as pessoas mais vulneráveis de entrar nas novas cidades, continuando a viver nos bairros mais pobres ou ditos populares já abrangidos por estas disposições. Isto deve-se ao fato de as tarifas proibitivas perpetuarem a segregação geográfica, mantendo as pessoas mais pobres em zonas menos bem servidas, perto dos bairros mais ricos. (R. Noël, 2012, p.12). A longa ditadura da família Duvalier deu continuidade à produção de imóveis públicos, incluindo as famosas cidades de Simon e Jean-Claude. O seu objetivo era acomodar os trabalhadores migrantes próximos dos que estavam no poder, respondendo ao mesmo tempo à crescente procura de habitação em massa resultante do desenvolvimento de fábricas subcontratadas. Estas medidas setoriais estão, no entanto, muito abaixo do êxodo rural maciço observado desde a década de 1960, sob o duplo efeito da atratividade do capital e da seca das exportações internacionais. Ao longo das décadas seguintes, fábricas subcontratadas públicas e privadas foram encerradas, a implementação de políticas de ajustamento estrutural forçou o país a desvincular-se e até um embargo internacional (Gibbons, 1999). A capital haitiana tornou-se posteriormente, o refúgio de um êxodo rural cada vez maior, proveniente principalmente dos departamentos ocidentais.

O desenvolvimento e a expansão espacial de Port-au-Prince ao longo do século XX, podem ser ilustrados pela taxa de crescimento anual da capital de 4,8% entre 1950 e 2012; os censos destacam a escala crescente da urbanização a nível nacional (Calmont e Mérat, 2015). Desde a década de 1970, Port-au-Prince concentrou mais da metade da população urbana do país. Foi neste período que a taxa de crescimento foi mais elevada (mais de 6% na década de 1960), atingindo 20% em 1977. Durante as décadas de 1990 e 2000, voltou a atrair a maioria dos migrantes internos, ainda que outros grandes centros urbanos (Gonaïves, Cap-Haitien) também experimentaram um crescimento sustentado desde então (Noël, 2012).

O vigor do crescimento urbano em Port-au-Prince, no entanto, hoje incomensurável com o de certas metrópoles africanas, como Abidjan (Costa do Marfim) na década de 1980 e, mais recentemente, Ouagadougou no Burkina Faso ou Kigali no Ruanda com taxas superiores a 7% entre 2000 e 2010 (ONU Habitat, 2016). No entanto, é o ritmo e a velocidade da sua propagação que surpreende. Na virada do novo milénio, a capital haitiana está a

expandir-se em todas as direções, sem uma política de planeamento abrangente, e os seus habitantes são na sua maioria pobres ou empobrecidos (trabalhadores e soldados despedidos, reformados sem um tostão). Com uma área de aproximadamente 7,00 ha em 1915, a aglomeração de Port-au-Prince ultrapassou os 40 mil ha em 2015. Nas vésperas do terremoto de 2010, o seu tecido urbano expandiu-se e ultrapassou todos os obstáculos marítimos e terrestres. A tarefa urbana introduz-se nos vales profundos dos rios e abrange as encostas do Morne l'Hôpital. Para Norte, avança na planície do Cul-de-Sac de forma descontínua ao longo das vias de comunicação para Cabaret e no sentido oposto para Léogâne.

2.2.3- Terremotos no Haiti

Todos os anos, milhões de pessoas em todo o mundo são vítimas de fenômenos naturais como: terremotos, erupções vulcânicas, secas, tempestades e inundações. Fenômenos diversos, obrigando os homens a se espalharem pelo mundo, refugiando-se em outros lugares. Além destes cataclismos, com a revolução industrial na Inglaterra por volta de 1860, uma grande massa de pessoas foi forçada a deixar o campo para se estabelecer nas cidades. Segundo Paulet (2011) em escala global, em 1850, a taxa de urbanização era de apenas 6,4%, em 1900 não ultrapassava 14%. Em meados do século XX, apenas 30% dos habitantes do mundo eram considerados urbanos. Em 2007, quase metade da população vivia em cidades, segundo a ONU e o Banco Mundial¹⁴. Na atualidade, em todo o mundo, o crescimento demográfico atinge uma escala notável onde a grande maioria da população está concentrada nas cidades, o que apenas amplifica a vulnerabilidade da população aos riscos naturais.

Estas elevadas concentrações urbanas explicam por que razão a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento é muito maior do que a dos países ricos: os perigos causam danos consideráveis às economias frágeis, tornando precária a situação socioeconômica da população e aumentando o seu nível de vulnerabilidade a diferentes riscos e impactos de desastres naturais. Em muitas partes do mundo, a população está a crescer a um ritmo que os recursos ambientais disponíveis não são capazes de suportar, devido à sua distribuição desigual, e que torna obsoletas as esperanças mais razoáveis de melhorar a situação da habitação, dos cuidados de saúde, da segurança alimentar ou do aprovisionamento energético.

¹⁴ LEONE Frederic, riscos naturais e gestão de riscos, 2010.

Um país vulnerável apesar da riqueza dos seus recursos naturais. Vulnerabilidade aos riscos climáticos e vulnerabilidade socioeconômica. Os riscos climáticos e sísmicos estão a pôr à prova a infraestrutura inadequada do Haiti. Na verdade, um perigo é um fenômeno que pode causar a perda de vidas humanas e dos seus meios de subsistência. Podendo resultar de causas naturais (terremoto, tempestade, inundação, deslizamento de terras, seca, tsunamis, erupção vulcânica) ou de atividade humana (acidente industrial, conflito violento, etc.).

Um perigo só se torna um desastre se afetar seres humanos (por exemplo, um ciclone que devasta uma ilha deserta não é considerado um desastre). O seu grau de impacto nos seres humanos depende essencialmente dos outros dois fatores da equação: vulnerabilidade e capacidade (UNESCO, 2013).

O relatório mencionado estuda, com base em diferentes previsões climáticas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os custos da inação e dos investimentos que permitirão que a economia haitiana seja mais resiliente se as previsões forem confirmadas. Todos os cenários estabelecidos para o Haiti mostram aumento da temperatura e eventos climáticos extremos. Tudo parece indicar que serão confirmados. Na verdade, o Haiti tem registado um aquecimento do seu clima nos últimos anos. Todos os cenários estabelecidos para as alterações climáticas no Haiti mostram um aumento médio da temperatura e eventos climáticos extremos, sejam secas mais severas, precipitações mais violentas, furacões mais devastadores ou inundações devido ao aumento do nível do mar. O aumento médio anual da temperatura no Haiti pode variar de 0,8 para 1°C até 2030 e de 1,5 para 1,7°C até 2060. A precipitação anual deverá diminuir entre 6 e 20% até 2030. As consequências em termos de perda de vidas humanas, redução da produção agrícola e danos nas infra-estruturas. Assim, conforme o IPCC, a situação tende a se tornar cada vez mais grave e mais precária se nada for feito. Todos os setores-chave da economia – agricultura, infra-estruturas, pescas, silvicultura e turismo – serão afectados.

O desastre é a realização de um grande risco. Falamos disso quando o fenômeno esperado ocorre e causa danos a questões vulneráveis em um determinado espaço e em um determinado momento. Constitui um acontecimento brutal e real que causa danos que ultrapassam um limite aceitável para a sociedade. Pode estar associado a fenômenos naturais, tecnológicos ou antropogénicos (CEIS 2016).

De 1909 a 2013, o Haiti enfrentou 100 catástrofes registadas internacionalmente, causadas principalmente por fenômenos hidrometeorológicos, incluindo 39

furacões e tempestades, 47 inundações, 7 secas e 2 terremotos. De 1909 a 2006, os desastres causaram 18.447 mortes e afetaram mais de 6 milhões de pessoas. Devido ao devastador terremoto de 12 de Janeiro de 2010, ao aumento do número de cheias e ao agravamento da epidemia de cólera, o número de mortes aumentou em menos de seis anos e está estimado em 249 037 mortes (MICT, 2013)¹⁵.

Entre 1909 e 2013, o Haiti foi atingido por uma série de catástrofes naturais, que tiveram um impacto devastador na infraestrutura, na economia e na vida das pessoas, agravando os problemas de desenvolvimento e provocando deslocamentos de populações e perdas em grande escala. As estimativas dos riscos no Haiti durante este período abrangem um período marcado por numerosos desafios naturais e socioeconômicos. O mapa 4 fornece uma visão geral dos principais riscos naturais que afetaram o Haiti durante este período.

Mapa 4: Perigos estimados no Haiti entre 1909-2013



Fonte: Análise das capacidades do SNGRD, MTCT-DPC, Haiti 2013.

Um terremoto é o resultado físico do deslizamento repentino de duas rochas ao longo de uma falha localizada nas profundezas da crosta terrestre. Um terremoto pode ocorrer nas entranhas da Terra, onde são exercidas forças que podem deformar as rochas. Estes, progressivamente deformados, podem romper-se, o que resulta no aparecimento súbito de

¹⁵Análise da Capacidade do SNGRD, MICT-DPC, Haiti (2013).

rupturas ou falhas e numa súbita libertação de energia sob a forma de ondas sísmicas (Prépetit, 2011).

2.2.3.1- O risco de terremotos no Haiti

O Haiti faz parte de uma região sísmicamente ativa. Ele está localizado em uma zona de ruptura que separa o lento movimento do Caribe e da América do Norte. Este movimento leva a pressões exercidas no contato das duas regiões e nas falhas localizadas ao longo do sul da península e no norte do Haiti.

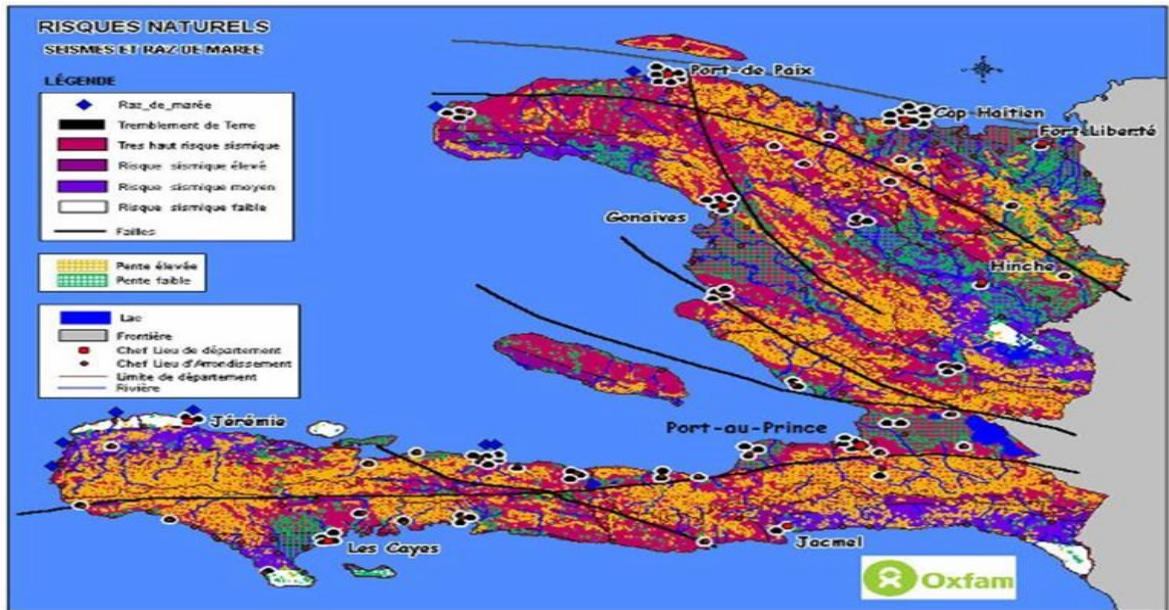
Após mais de um século de calma sísmica, a ruptura de um segmento da falha da Península Sul ocorreu a uma profundidade de 13 km no dia 12 de janeiro de 2010 às 16h53 causando, durante cerca de trinta segundos, um terremoto de magnitude 7 na escala Richter, seguido por múltiplos tremores secundários de menor magnitude.

A atual população haitiana havia perdido a memória histórica deste tipo de ameaça natural e foi pega de surpresa no dia 12 de janeiro. Contudo, devemos estar convencidos de que a ameaça sísmica sempre existiu no Haiti e sempre existirá (Prépetit, 2011).

O Haiti, situado na região das Caraíbas, tem uma geomorfologia e sismologia particularmente complexas devido à sua localização na fronteira entre duas grandes placas tectônicas: a placa das Caraíbas e a placa norte-americana, o que resulta numa elevada frequência de sismos. Regularmente exposto a ciclones tropicais devido à sua posição geográfica nas Caraíbas. Os ciclones podem causar inundações, ventos fortes e grandes perturbações nos meios de subsistência.

Durante várias décadas, a capital do Haiti foi a principal zona de concentração da população haitiana. Uma das principais causas desta sobrepopulação urbana é a centralização dos serviços públicos e do comércio na capital. O elevado número de vítimas da catástrofe de 12 de janeiro de 2010 é uma das suas consequências. Port-au-Prince é, de fato, o local do país por onde passa quase tudo, o que significa que os cidadãos das zonas rurais que querem ter acesso a estes serviços têm de se deslocar à capital. A preparação e a resposta aos furacões, a gestão dos riscos e a preparação para as catástrofes são cruciais para reduzir o impacto e melhorar a resiliência das comunidades haitianas. Eis uma panorâmica dos aspectos geomorfológicos e sismológicos do Haiti (Mapa 5).

Mapa 5: Geomorfológico e sismológico do Haiti



Fonte: OXFAM(2018).

-1751, Port-au-Prince

-1770, Port-au-Prince, Jacmel, Léogâne, etc.,

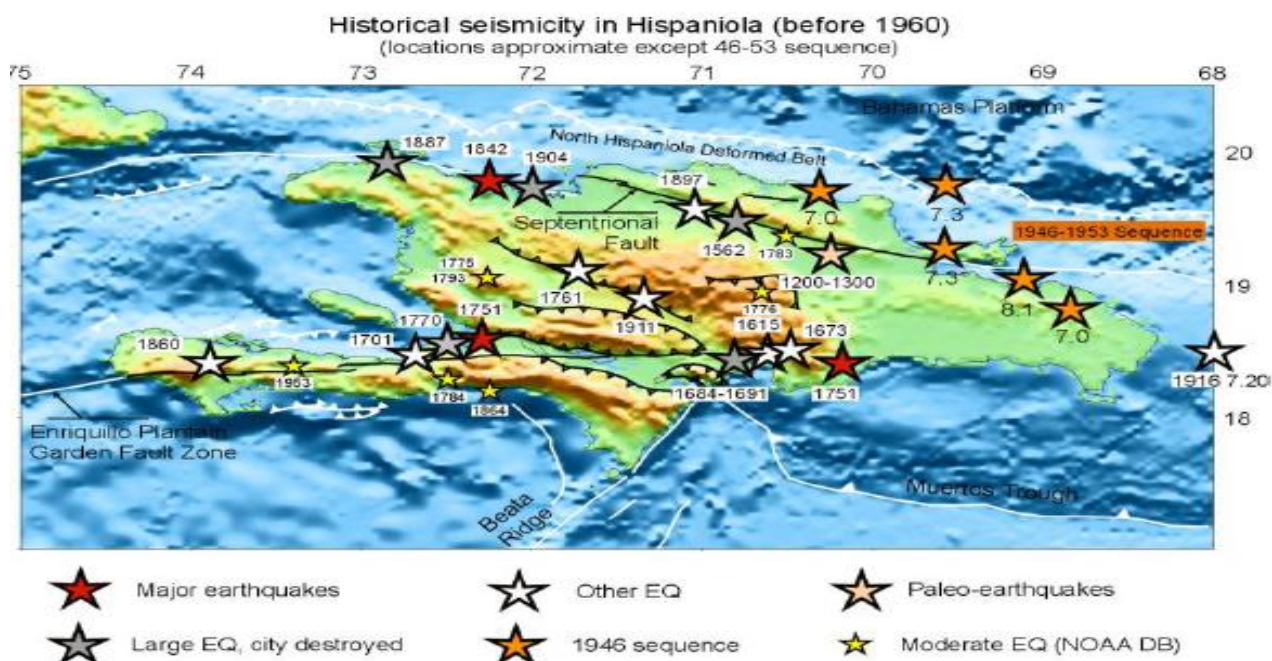
-1842, a região norted'Haïti

-1952, Anse-à-Veau

-2010, Port-au-Prince, Jacmel, Léogâne, Petit Goâve et Grand-Goâve

A ilha de Hispaniola foi atingida por vários sismos importantes antes de 1960, que tiveram um impacto significativo nas infraestruturas, na população e na economia. Estes acontecimentos foram bem documentados em arquivos históricos e estudos geológicos, fornecendo informações importantes para a compreensão do risco sísmico na região e para melhorar a preparação para futuros perigos. O mapa 6, resume os principais sismos que atingiram a ilha durante este período.

Mapa 6: Sismicidade histórica na ilha de Hispaniola antes de 1960



Fonte: OXFAM (2018).

2.2.3.2-Impacto do terremoto de 12 de janeiro de 2010 em Port-au-Prince

Antes do terremoto, quase três milhões de pessoas, de uma população total de aproximadamente 9 milhões, viviam em Port-au-Prince e arredores. Dos dez departamentos territoriais e administrativos do país, só o departamento Oeste (onde está localizada a capital haitiana) tem três milhões e meio de habitantes, ou mais de um terço (37%) da população total. A segunda região mais populosa, o departamento de Artibonite que tem um milhão e meio (16%), enquanto o departamento Noroeste é habitado apenas por 358.277 indivíduos (4%), segundo estudo do Instituto Haitiano de Estatística e Informática (IHSI, 2009).

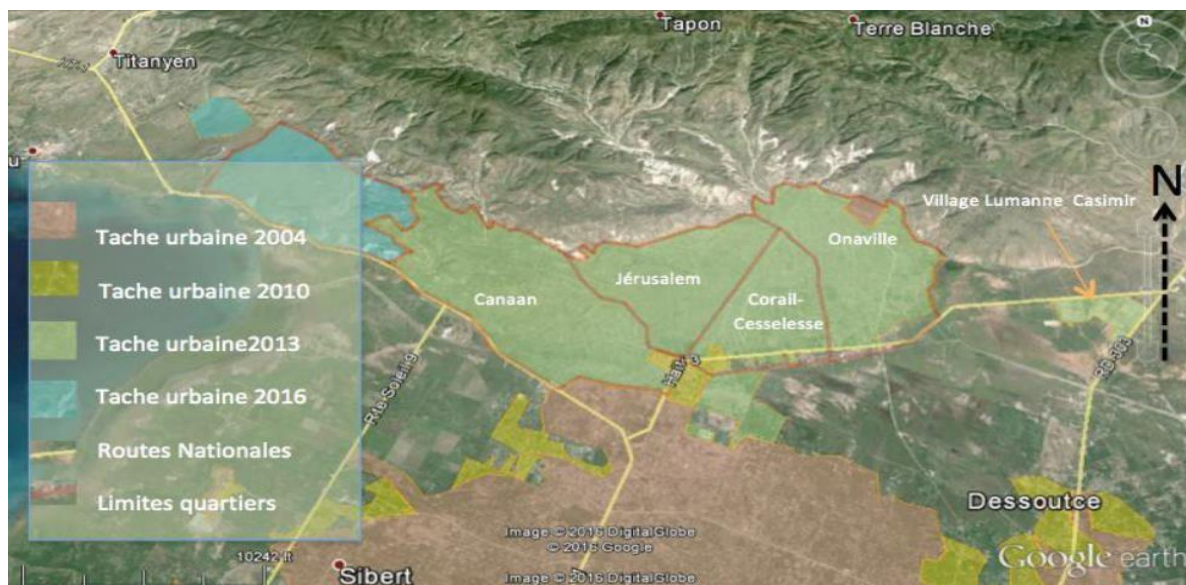
No Haiti, cada grande acontecimento político ou cada desastre corresponde a uma onda de migração, é o que chamamos de “migração circunstancial”. O terremoto de 12 de janeiro provocou um movimento migratório local, mas o fenômeno conseguiu estender-se para além dos seus limites locais e nacionais e assumir assim uma dimensão internacional. Na verdade, “os sobreviventes do terremoto ainda fogem do Haiti” (Portes, 2010), e todos têm as suas razões para fugir. No dia seguinte ao terremoto, dezenas de milhares de haitianos deixaram o país com destino ao exterior. No entanto, o acolhimento dos haitianos, mesmo

numa situação de catástrofe natural, continua a ser muito delicado e o futuro do migrante haitiano muito incerto. Qualquer que seja a sua filiação social, o migrante haitiano que procura refúgio no estrangeiro depois do 12 de janeiro, depara-se com uma preocupação comum que é a incerteza. Deverá ser especificado, além disso, que o terremoto criou três categorias de migrantes, dependendo do estatuto social de cada uma. A primeira categoria é formada por haitianos com visto ou cartão de residência para os Estados Unidos ou Canadá. Eles o usam após o terremoto para fugir por um tempo do país ou da capital devastada. Alguns deles tiveram que deixar o país a partir de 13 de janeiro, passando pela vizinha República Dominicana, para uma estadia no exterior que pode durar de alguns dias a seis meses para portadores de visto ou por tempo indeterminado para quem possui autorização de residência ou reside regularmente fora do país.

Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, assistimos a uma expansão urbana da capital haitiana em direção às alturas, incluindo: Canaã esta área permitiu responder ao problema dos sem-abrigo devido 105.000 casas foram completamente destruídas e 208.000 submersas (Etienne, 2018 :21). Na noite do terremoto de 12 de janeiro de 2010, a população da Plaine duCul de Sac deslocou-se para as alturas desta área com medo de um tsunami. Foi declarado de utilidade pública pelo decreto de 22 de março de 2010.

A partir do mapa 7, pode-se observar de modo simplificado a evolução urbana de 2004 a 2016 no norte da área metropolitana de Port-au-Prince. Podemos ver claramente a cadeia Matheux na zona norte do sítio Canaã. O período de 2010 a 2013 foi quando a área urbana se expandiu consideravelmente. Esta situação está sobretudo ligada ao terramoto de 12 de janeiro de 2010, a esta decisão governamental que declara a zona de utilidade pública.

Mapa 7: Aparecimento de novos bairros após o terremoto de 12 de janeiro de 2010 em Port-au-Prince



Fonte: MicheletClerveau, 2016.

Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto devastador atingiu Port-au-Prince, no Haiti, causando um grande impacto na cidade e nos seus arredores. O terremoto causou enormes danos na infraestrutura, matou milhares de pessoas e desalojou centenas de milhares. No rescaldo da catástrofe, surgiram várias novas dinâmicas urbanas, incluindo a emergência de novos bairros. Imediatamente, após o terremoto, muitos residentes deslocados montaram acampamentos improvisados em terrenos baldios, parques e espaços públicos. Estes campos consistiam geralmente em tendas, lonas e estruturas temporárias. Estes campos transformaram-se rapidamente em comunidades improvisadas densamente povoadas. Tornaram-se centros de distribuição de ajuda humanitária e de gestão das necessidades de emergência. medida que os trabalhos de reconstrução avançavam, foram criados alojamentos temporários para substituir os edifícios destruídos. Estas comunidades são geralmente construídas em terrenos existentes ou em novos terrenos que ficam disponíveis. Muitas vezes, surgem espontaneamente novos aglomerados informais à medida que as pessoas deslocadas procuram soluções de alojamento.

Chapitre III : Analyse espacial de moradias précaires e serviços públicos em Port-au-Prince

Port-au-Prince, que é o centro político, econômico e cultural do Haiti, enfrenta uma rápida urbanização não regulamentada, escassez de serviços básicos e alta vulnerabilidade a riscos naturais, além de ser um ambiente urbano fragmentado. Ela está localizada na baía de

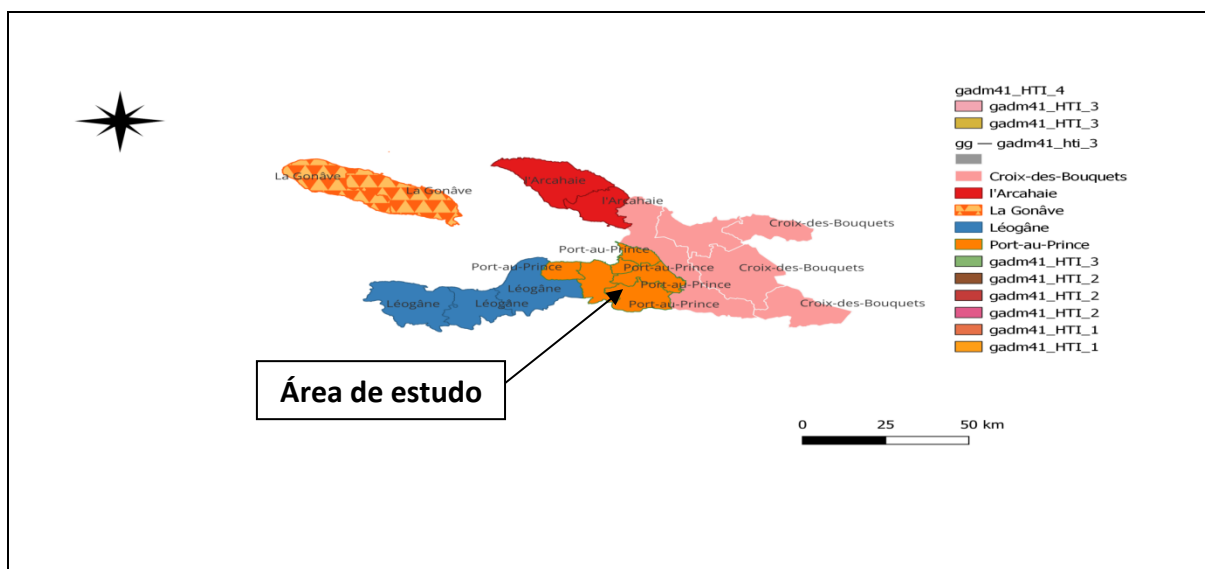
Port-au-Prince, na parte sudoeste do país. Com pouco mais de 2,5 a 3 milhões de habitantes (incluindo a área metropolitana) e uma alta densidade populacional, a população está concentrada em grande parte em áreas urbanas sem controle, especialmente em bairros periféricos mal organizados. A urbanização descontrolada é causada pela migração rural, por desastres naturais e pela concentração de serviços na capital. Um estudo geográfico dessa situação é essencial se quisermos sugerir soluções organizadas, justas e resilientes.

A área metropolitana de Port-au-Prince viu sua taxa de urbanização aumentar de 52,3% em 1971 para 64,2% no ano 2000. As pessoas que se dirigem para a cidade primária vêm dos diferentes departamentos geográficos do país. Os departamentos de Grand'Anse, Sul e resto do Oeste forneceram respectivamente: 22,81%; 19,02%; 16,60% dos migrantes para a população de Port-au-Prince. Muitos elementos acentuam o fenômeno do êxodo rural em direção à cidade primária. Estes são, na sua maioria, fatores sócio econômicos que forçaram as pessoas a abandonar o campo. Assim, a seguir, destacaremos os principais fatores geradores do êxodo rural.

Como capital, Port-au-Prince é a sede do governo e das instituições públicas, facilitando a tomada de decisões e a gestão administrativa. Como a cidade dispõe das infraestruturas necessárias, como repartições públicas, hospitais e escolas, que muitas vezes faltam noutras regiões, atrai profissionais e funcionários públicos qualificados para aumentar a eficiência dos serviços prestados. O facto de uma grande parte da população haitiana viver na cidade aumenta a procura de serviços públicos. Ser um ponto de convergência dos serviços, facilitando o acesso dos cidadãos e das organizações internacionais.

O mapa 8, mostra as diferentes comunas do departamento Ouest. Inclui a comuna de Port-au-Prince e os seus arredores, que constituem a área metropolitana, onde se concentram os serviços públicos.

Mapa 8. Apresentação geográfica da área de estudo, Port-au-Prince.

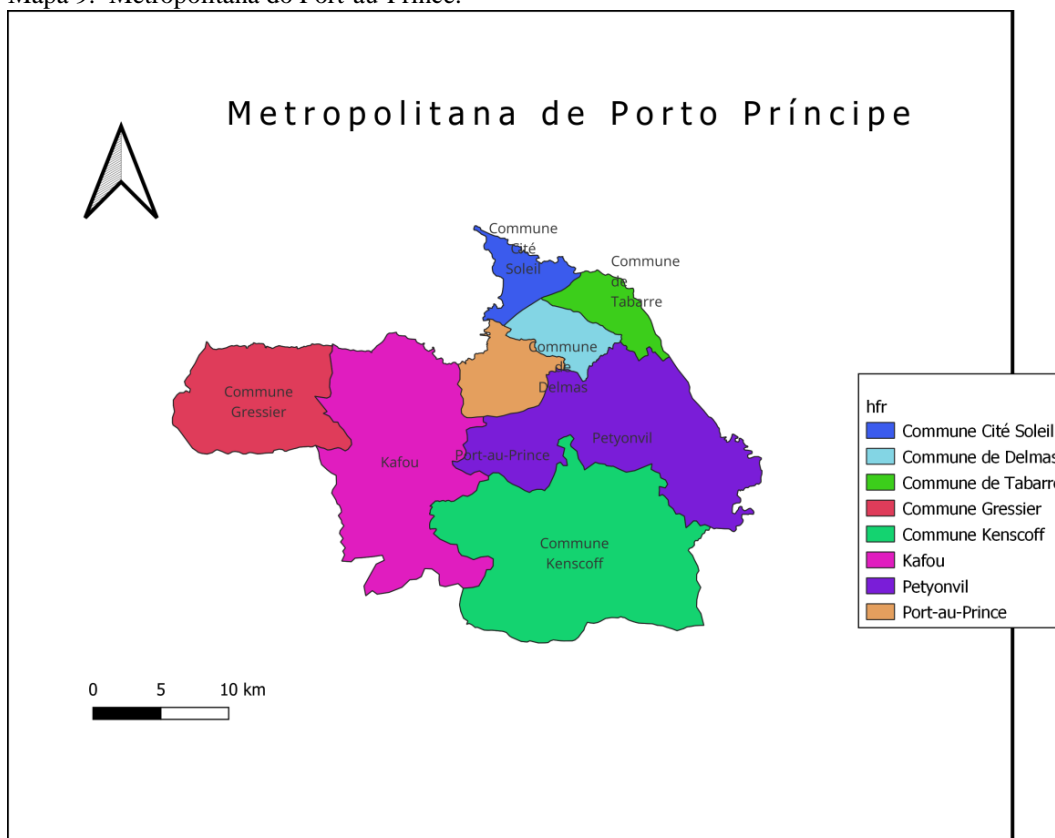


Fonte: Ricardo Fedzner ALTHONA (2023).

Ao nível da administração pública, paradoxalmente, a disparidade em termos de distribuição dos serviços sociais é muito assustadora. Port-au-Prince é o centro de tomada de decisões e prestação de serviços administrativos. Embora existam anexos em algumas cidades secundárias do país, o problema da concentração ainda persiste. A partir de dados de 1990, foi possível constatar que 70% dos servidores públicos se encontram na região metropolitana de Port-au-Prince, que sozinha recebe mais de 72% da folha de pagamento, representando 80% do orçamento nacional. Tais disparidades só poderiam contribuir para o fluxo maciço de pessoas a Port-au-Prince. A capital está cada vez mais aglomerada, os seus equipamentos sociais e de infraestrutura tornaram-se completamente insuficientes para servir a população. A quase total inexistência de serviços sociais básicos nas zonas rurais constitui uma das causas fundamentais da migração rural.

A área metropolitana de Port-au-Prince, a capital do Haiti, é uma região dinâmica, mas que enfrenta numerosos desafios socioeconômicos. Caracteriza-se por uma elevada densidade populacional, uma urbanização rápida e infraestruturas frequentemente inadequadas. As desigualdades sociais, o desemprego e o acesso limitado aos serviços essenciais agravam a situação. Dinâmica socioeconômica e desenvolvimento urbano sustentável são alguns dos termos que desenvolverei neste capítulo. Por esta razão, o mapa 9 abaixo mostra uma projeção da área metropolitana de Port-au-Prince, que é a área alvo da minha investigação.

Mapa 9. Metropolitana do Port-au-Prince.



Fonte: Ricardo FedznerALTHONA (2023).

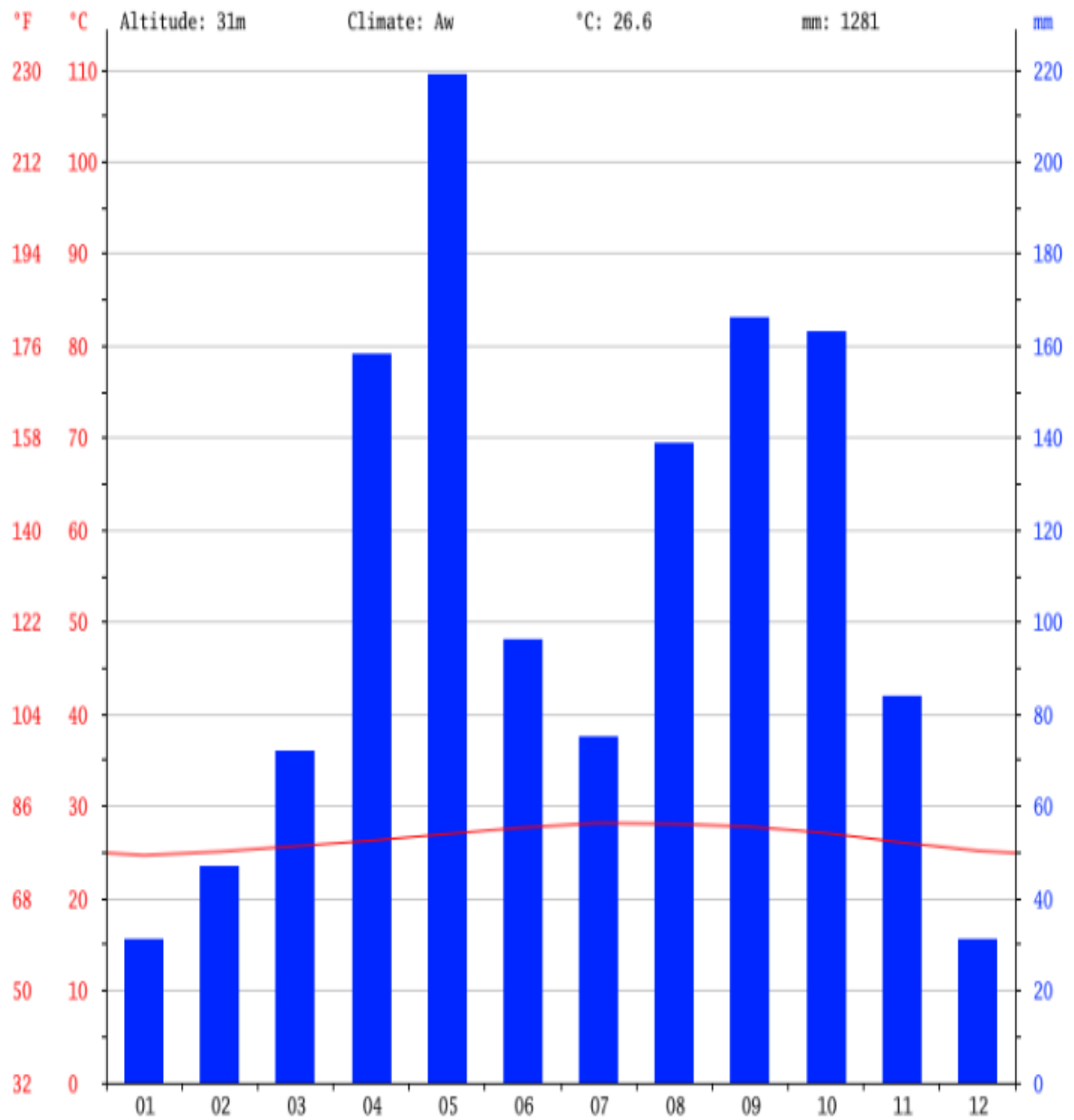
A área metropolitana de Port-au-Prince, a capital do Haiti, inclui várias comunas vizinhas, como Pétiön-Ville, Delmas, Tabarre, Cité soleil, Kenscoff, Gressier e Carrefour. É um importante centro cultural, econômico e político, com uma população densa e diversificada. A cidade é marcada por contrastes, com bairros ricos e áreas mais pobres. Porto Príncipe também enfrenta desafios como a pobreza, a insegurança e o impacto de desastres naturais. Apesar dessas dificuldades, é um lugar dinâmico, com uma história rica e uma cultura vibrante.

3.1- Clima e precipitação de Port-au-Prince em um contexto montanhoso

A título de comparação, a temperatura média anual em Porto Príncipe é de 29,1°C e a precipitação média é de 786,2 mm.

A precipitação média de 22,2 mm faz de dezembro o mês mais seco. Setembro tem a maior precipitação do ano, com uma média de 120,2 mm.

Diagrama 1- Clima em Port-au-Prince: Temperaturas e precipitações médias



Fonte : <https://fr.climate-data.org/location/3571/> consultado em dezembro de 2024

Tabela 2 - Tabela climática sazonal em Port-au-Prince

Meses	Temperatura média	Temperatura média min/max	Precipitação em mm	Número de dias com chuva	Nossa opinião
Janeiro	28	23 / 31	32	1	Muito favorável
Fevereiro	28	23 / 31	29	1	Muito favorável
Março	28	24 / 31	55	2	favorável
Abril	29	25 / 32	80	3	favorável
Mai	29	25 / 32	84	4	favorável
Junho	30	26 / 33	51	3	Muito favorável
Julho	31	27 / 34	57	3	favorável
Agosto	31	26 / 34	89	4	favorável
Setembro	30	26 / 33	120	4	Considerável
Outubro	29	25 / 32	72	4	favorável
Novembro	29	25 / 32	95	2	favorável
Dezembro	28	23 / 31	22	1	Muito favorável

Fonte: <https://fr.climate-data.org/location/3571/> consultado em dezembro de 2024

A precipitação varia em 98 mm entre os meses mais secos e os mais úmidos. A variação de temperatura ao longo do ano é de 3,2°C. As chuvas causam um sério impacto no centro da cidade de Port-au-Prince. O tráfego é frequentemente dificultado por pilhas de lixo, água de bueiros entupidos e metros cúbicos de lama espalhados pela rua. Esse foi o caso em Carrefour-Feuilles em 04 de abril de 2018, em Martissant e no centro de Port-au-Prince em março de 2012, principalmente na via pública da Estrada nacional #2, onde o tráfego foi dificultado na quinta-feira devido a um aumento acentuado de lixo e água de esgoto invadindo a pista.¹⁶».

Em 27 de março de 2012, tudo ficou paralisado no centro de Porto Príncipe, relata o Nouvelliste. Água suja, lama, entulho, depósitos aluviais e lixo de todos os tipos paralisaram o tráfego", acrescenta o nouvelliste. Todos que usam as estradas estão tendo dificuldades para fazer suas atividades (os pedestres não conseguem se locomover como deveriam, os motoristas estão presos em engarrafamentos). É preciso dizer que

« Port-au-Prince ne supporte pas la pluie. Elle se transforme toujours en poubelle après une nuit de fortes averses. Pour circuler dans la capitale, notamment au centre-ville ces dernières semaines, il faut savoir jouer à la marelle ¹⁷

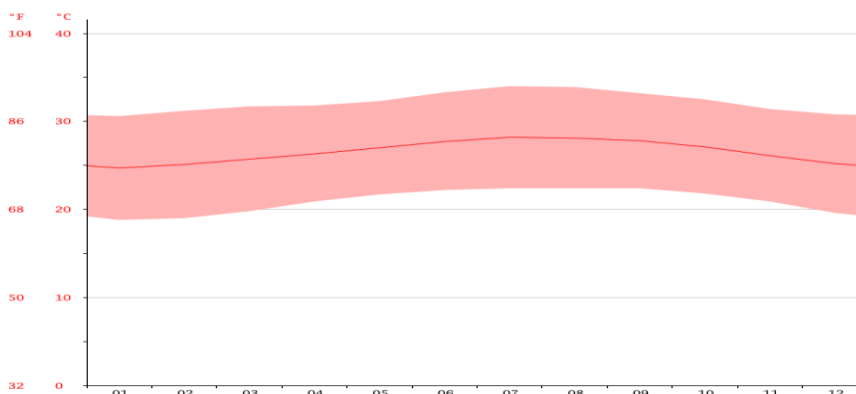
« Port-au-Prince não suporta a chuva. Ela sempre se transforma em uma lixeira após uma noite de chuva forte. Para se locomover pela capital, especialmente no centro da cidade nas últimas semanas, é preciso saber brincar de amarelinha.».

Em julho, a temperatura média é de 30,7°C. Portanto, julho é o mês mais quente do ano. Janeiro é o mês mais frio do ano. A temperatura média nessa época do ano é de 27,5°C. O mês mais quente registrado foi 40°C na quinta-feira, 8 de julho de 1993, e o mais frio foi 9°C na quinta-feira, 13 de janeiro de 1977. (*Estação meteorológica usada para calcular o clima em Carrefour-Feuilles: PORT-AU-PRINCE/AERO (6 km de distância)*)

¹⁶ <http://hpnhaiti.com/site/index.php/societe/5745-haiti-environnement-les-rues-de-la-capitale-bloquees-apres-une-forte-pluie> consultado em novembro de 2024

¹⁷ <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/103744/De-la-pluie-et-Port-au-Prince-ne-tient-plus>. consultado em dezembro de 2024

Diagrama 2 - Curva de temperatura Port-au-Prince/Carrefour-feuilles



Fonte : <https://fr.climate-data.org/location/3571/> consulté en Decembre 2024

Com uma temperatura média de 28,2°C, julho é o mês mais quente do ano. Com uma temperatura média de 24,7°C, janeiro é o mês mais frio do ano.

Tendo em vista a frequência das chuvas (na tabela climática acima), podemos dizer que o esforço de tráfego necessário para maio não é o mesmo que para dezembro e janeiro. Porque o estado da calçada no centro da cidade não será o mesmo em cada um desses períodos.

Esse perfil do centro da cidade durante e/ou após as chuvas torna a noção de clima (conforme descrito acima) um ponto crucial nesta seção. Entretanto, seria negligente concluir esta seção sem dizer que as chuvas não são o problema real. A degradação do ambiente urbano é o resultado de uma combinação de fatores, incluindo os problemas de planejamento urbano e gestão de resíduos na comuna de Port-au-Prince.

Por fim, a degradação dos ecossistemas urbanos, como mangues, zonas úmidas e margens de rios, associada à expansão descontrolada de moradias informais, está contribuindo para a perda da biodiversidade local e exacerbando os efeitos dos desastres naturais.

3.2- Distribuição geográfica de moradias precárias em Port-au-Prince.

Em Port-au-Prince, a capital do Haiti, a localização das moradias precárias é caracterizada pela urbanização não oficial e por uma alta densidade de populações precárias em vários setores estratégicos. Na capital, as moradias informais são encontradas

principalmente em áreas como Cité Soleil, Martissant, Carrefour-Feuilles, La Saline e algumas seções de Delmas (especialmente Delmas 2, 18 e 32). Essas áreas são caracterizadas por urbanização desorganizada, alta densidade populacional, falta de infraestrutura básica (água, saneamento, eletricidade) e alta suscetibilidade a desastres naturais. Os moradores vivem em condições socioeconômicas difíceis, muitas vezes sem direito à terra e sem padrões de construção adequados. A tabela abaixo resume as principais áreas de moradia precária na zona.

Tabela 3. Áreas de moradia precária em Port-au-Prince

Áreas de moradia precária em Port-au-Prince			
Bairros	Recursos	Condições de vida	Problemas
Cité Soleil	Um distrito muito carente e densamente povoado, frequentemente chamado de uma das maiores favelas do país.	O acesso a serviços básicos, como água potável, eletricidade e saneamento, é restrito.	A presença de grupos criminosos armados, altos níveis de insegurança, falta de saneamento e infraestrutura pública.
Bel Air, La Saline	Área urbana densamente povoada com alta concentração de moradias precárias.	Falta de infraestrutura básica, condições de higiene deploráveis, acesso limitado a serviços públicos.	Violência urbana, falta de planejamento urbano, condições de vida precárias.

Canaan	Criação desse bairro informal, desenvolvido após o terremoto de 2010, que levou a um rápido aumento da população.	Falta de infraestrutura básica, como água potável, eletricidade e serviços de saneamento.	Sem reconhecimento oficial, sem serviços públicos, com qualidade de vida difícil.
Carrefour - Feuilles	Área menos favorecida com topografia ácida e alta densidade populacional.	Serviços básicos insuficientes, infraestrutura inadequada, condições de saúde precárias.	Vulnerabilidade a riscos naturais, falta de planejamento urbano, baixa qualidade de vida.

Fonte: *World Cities Report*, UN-Habitat 2020

3.2.1- Mapeamento de serviços públicos na área metropolitana

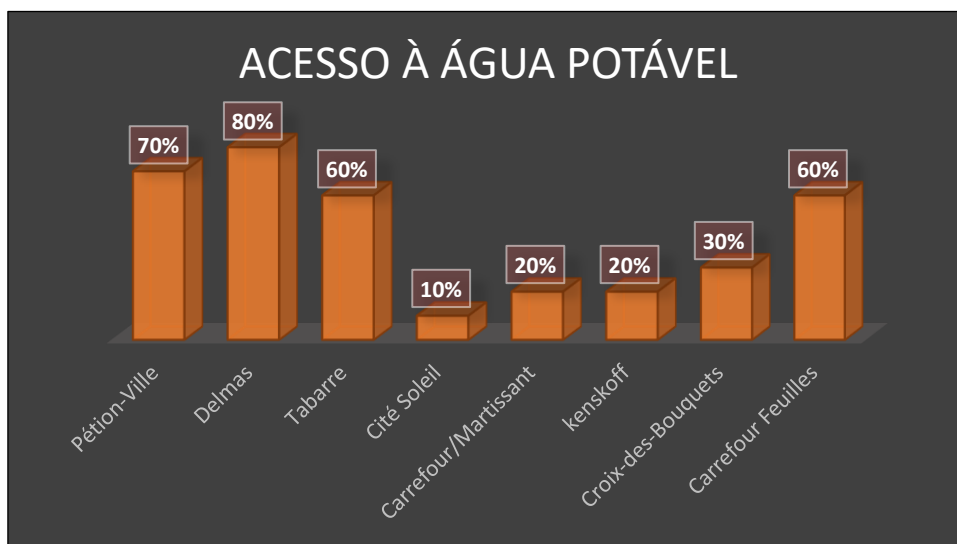
A conurbação de Port-au-Prince, que inclui os municípios de Port-au-Prince, Delmas, Carrefour, Pétiön-Ville, Tabarre, Cité Soleil e Croix-des-Bouquets, apresenta uma distribuição desigual de serviços públicos. O desenvolvimento desses serviços revela uma urbanização desequilibrada, em que as comunidades mais precárias, localizadas nas periferias urbanas, são as que menos se beneficiam dos serviços, muitas vezes ficando para trás. Essa situação destaca a inadequação do planejamento urbano, a fragilidade das instituições públicas e a falta de recursos dedicados aos serviços básicos.

i. Acesso à água potável e ao saneamento básico

Em todo o hemisfério norte, os índices de distribuição de água potável nas áreas urbanas e rurais do Haiti são os mais baixos. Não há sistemas de tratamento ou descarte de esgoto. Os índices de distribuição não refletem a qualidade do serviço, que geralmente é muito ruim. Em áreas rurais escassamente povoadas, as bombas manuais geralmente estão fora de serviço. Em áreas rurais densamente povoadas, os sistemas de rede estão frequentemente em um

estado avançado de deterioração. Ou eles não fornecem água de forma alguma, ou fornecem água apenas para aqueles que vivem perto da fonte. As pessoas que vivem na extremidade mais distante da rede não recebem nenhum serviço. Em quase todas as áreas urbanas, a distribuição de água potável pela rede é inconsistente.¹⁸ As informações sobre a qualidade da água são escassas e pouco confiáveis. Somente a DINEPA¹⁹ desinfeta a água, mas isso não garante sua qualidade. Todos os usuários que podem pagar compram água engarrafada ou em sachês, geralmente obtida por osmose reversa. Muitas pessoas que bebem água da rede pública a desinfetam usando pastilhas. As redes de água são deficientes e frequentemente obsoletas. As áreas formalmente estabelecidas de Pétion-Ville, Delmas e partes de Tabarre se beneficiam de conexões mais frequentes, enquanto em áreas como Cité Soleil, Carrefour e Martissant, a água é fornecida principalmente por caminhões-tanque, poços ou pontos de água comunitários, que geralmente não são saudáveis. A água corrente é fornecida por nascentes ou rios (46,8%), armazenamento de água da chuva (39,6%), fontes públicas (24,7%) e compra de baldes de água (23,4%), especialmente na área metropolitana. As principais fontes de água potável em nível nacional são nascentes ou rios (34,7%) e fontes públicas (20,5%).²⁰

Diagrama 3. Acesso a água potável



Fonte: Ricardo fedzner Althona, 2025

¹⁸ Source : WHO/UNICEF, Joint Monitoring Program, 2004 Estimativa de 2004 baseada na Pesquisa sobre Mortalidade, Morbidade e Utilização de Serviços (EMMUS) de 1994 e 2000.

¹⁹ Direção Nacional de Água Potável e Saneamento

²⁰ Unidade de Construção de Habitações e Edifícios Públicos (UCLBP), 2016

Saneamento refere-se a todos os métodos e intervenções destinados a coletar, tratar e descartar as águas residuais, sejam elas dos setores doméstico, industrial ou agrícola, com o objetivo de proteger a saúde pública e preservar o meio ambiente. Como resultado, a rede de esgoto é muito limitada em toda a cidade. Um número considerável de bairros está conectado a um sistema de esgoto. É comum encontrar latrinas, fossas sépticas fora de conformidade e descargas diretas em ravinas ou canais, principalmente em áreas desfavorecidas.

Tabela 4. Tendências de mortalidade, morbidade e acesso aos serviços no Haiti

		Urbano (46% da população)	Rural (54% da população)	Total
Água	Definição ampla	52 %	56 %	54 %
	Conexões domésticas	24 %	3 %	11 %
Saneamento	Definição ampla	57%	14%	30%

Fonte: WHH/UNICEF Joint Monitoring Program, estimativa de 2004 com base nas Pesquisas de Mortalidade, Morbidade e Utilização de Serviços (EMMUS) de 1994 e 2000.

ii. Eletricidade

A Electricité d'Haïti (ED'H), em operação desde 1971, é um órgão estatal autônomo que detém o monopólio da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, ela tem plenos poderes para comercializar energia elétrica. Essa comercialização de energia na rede metropolitana é realizada por meio de seus 11.691 clientes ativos (março de 2007), categorizando os clientes em três (3) tipos: Clientes residenciais, comerciais e industriais.

A Eletricidade do Haïti (Ed'H) tem uma capacidade instalada total de 216 MW, dos quais 154 MW são térmicos e 62 MW são hidrelétricos. A eletricidade é gerada na capital por três

(3) usinas principais, uma das quais é hidrelétrica (peligre), responsável por cerca de 25% da produção, e duas (2) usinas térmicas com uma capacidade instalada total de cerca de cem megawatts (MW), abastecendo a rede interconectada na área metropolitana. A energia produzida por essas usinas é transportada para as subestações por meio de estações transformadoras para distribuição à população.

Ao entrarmos na área metropolitana, vemos o desastre na distribuição de energia elétrica. A qualidade do serviço deixa muito a desejar, e os clientes da ED'H não estão inclinados a pagar suas contas de luz. Isso abre uma janela de oportunidade para empresas fraudulentas na rede. Como resultado, há uma enxurrada de conexões ilegais, sobrecarregando os transformadores e causando sua deterioração. As linhas estão muito danificadas, os suportes (postes) estão instáveis e os dispositivos de segurança, em sua maioria, estão com defeito. A receita insuficiente significa que a ED'H não tem os recursos necessários para melhorar a qualidade do serviço de geração, transmissão e distribuição. Além disso, uma grande parte dos piratas são simplesmente pessoas que a ED'H não pode conectar à rede por falta de estoque (postes, medidores, cabos), o que leva a problemas bastante cruciais.

Nas últimas décadas, a população da área metropolitana cresceu a uma taxa bastante alta. A formação de domicílios é uma função do crescimento populacional e das mudanças na taxa de formação de famílias. O número de domicílios na área metropolitana pode aumentar de 527.236 em 2003 para 83.032 em 2013 e 9.97628 em 2017, e chegará a 1.028.855 em 2020, representando a formação de 472.402 novos domicílios para uma taxa de crescimento de 3,4% (de acordo com o IHSI) usando a fórmula: $P_n = P_0 (1+g)^n$

Na área metropolitana, o desempenho comercial da ED'H é ruim. Com uma base de clientes ativos de cerca de 11.3691, o acesso à eletricidade é limitado a cerca de 11% da população com uma conexão regular. Isso se deve a uma visão ultrapassada da gestão da eletricidade no Haiti. Alguns gerentes não têm um bom entendimento da cadeia de valor, reduzindo a gestão da eletricidade a uma simples questão de compra de combustível e lubrificante, e nada mais.

Menos de 30% das residências haitianas têm acesso à eletricidade. Com 21 kWh por ano, o consumo per capita é mais de 80 vezes menor do que a média da região da América Latina e do Caribe. O acesso à eletricidade nas áreas rurais é baixo, abaixo de 5% (40% nas áreas

urbanas). Não existe uma rede nacional de transmissão de eletricidade, mas há nove sistemas de eletricidade separados espalhados pelo país.²¹

Tabela 5. Estatísticas do setor energético no Haiti

Região	Potência em KW		Apontar em KW	Déficit KW
	Nominal	Disponível em		
Área metropolitana	256000	122000	210000	88000
Extremo Norte	47925	36225	24979	-(11246)
Extremo Sul	31610	22250	18239	-(4011)
Centro-Oeste	3225	2650	2315	-(335)
TOTAL	338760	183125	255533	72408

Fonte: Sources: BMSE/BME/OLADE

O fornecimento de eletricidade é muito instável. O acesso é mais fácil nas áreas centrais de Port-au-Prince, Pétiion-Ville e Delmas, embora haja interrupções frequentes. Entretanto, em áreas como La Saline e Cité Soleil, não há eletricidade ou ela é obtida por meio de conexões ilegais.

Em todo o país, 31,6% das residências têm acesso à eletricidade, enquanto as taxas das cidades provinciais e das áreas rurais são de 23,2% e 10,5%, respectivamente. Dos 2.360.771 domicílios estimados no estoque nacional de moradias, quase 60% (1.416.462) estão localizados em áreas rurais e 81,1% (1.147.335) são compostos por moradias muito precárias,

²¹ O setor energético no Haiti e suas novas experiências no desenvolvimento do programa SREP, 2015

favelas e ajoupas. 44,1% das moradias não têm banheiro.²² De acordo com as características e a distribuição percentual das moradias ocupadas por tipo e área de residência, 6,4% do estoque de moradias consiste em estruturas precárias de barro com telhados e paredes feitos de palha ou galhos de palmeira. 13,5% do estoque de moradias é composto por favelas encontradas nas cidades ou em seus arredores, e 16,9% de ajoupas em áreas rurais. 61% do estoque de moradias é composto por casas comuns de um andar e 2,2% por casas de vários andares ou apartamentos.²³ A área metropolitana de , que responde por 66,8% da produção total de energia do país, consome mais de 95% da energia produzida em Péligre.

Tabela 6. Análise dos Recursos Energéticos e da sua Utilização

Capacidade de produção por zona		
Área metropolitana	106.5 MW	66.8 %
Zona do extremo norte	34.6 MW	21.7 %
Zona do extremo Sul	17.9 MW	11.2 %
Zona Centro-Oeste	0.4 MW	0.3 %

Fonte: BMSE/BME/OLADE

iii. Educação

De acordo com a Constituição adotada em 1987, o governo haitiano tem o compromisso de oferecer educação primária gratuita e obrigatória a seus cidadãos, começando com uma fase pré-escolar e seguida por nove anos de educação básica. O setor educacional é amplamente dominado por escolas públicas, apesar da obrigação de oferecer educação primária acessível a todos. A educação é obrigatória entre os 6 e os 15 anos de idade.

²² Unidade de Construção de Habitações e Edifícios Públicos (UCLBP), 2016

²³ De acordo com os dados da ECVI de 2003,

O sistema de educação primária é organizado em vários ciclos, culminando no Brevet d'Enseignement Fondamental (Certificado de Educação Básica), que marca o fim da educação básica como parte da reforma educacional implementada.

De acordo com o UNICEF, o sistema educacional haitiano tem cerca de 2.700.000 alunos em quase 17.000 escolas. A taxa líquida de matrícula é de cerca de 60%. Cerca de 380.000 crianças com idade entre 6 e 11 anos não frequentam a escola. Setenta e dois por cento dos alunos da 1ª série nas áreas rurais estão acima da idade; 38% das crianças de 7 a 18 anos nunca foram à escola.²⁴

Esses números refletem claramente a marginalização das áreas rurais, já que a maioria dos alunos com idade avançada se encontra nas áreas rurais. Esse fenômeno se deve ao ingresso tardio na escola por motivos econômicos ou à repetência causada pela má qualidade do ensino, pelas condições de aprendizagem ou pela distância da escola em relação ao local de residência. A baixa taxa de sucesso nos exames estaduais também continua sendo uma triste constante. Os dados publicados pelo Ministério da Educação refletem as desigualdades sociais que afetam o desempenho escolar, que são ainda mais evidentes no nível secundário. Os números de 2012, por exemplo, mostram diferenças regionais, com as áreas rurais mais remotas geralmente reprovando com mais frequência.²⁵ No país como um todo, as taxas brutas são muito semelhantes para meninos e meninas (120,2% e 119,5%, respectivamente) no nível primário. Entretanto, quando analisamos a taxa bruta de matrícula no nível secundário, há uma diferença significativa: a taxa bruta de matrícula para meninas é de 37%, em comparação com 45% para meninos. Além disso, quando a renda familiar é levada em conta, a taxa bruta de matrícula dos alunos das famílias mais ricas sobe para 71%, enquanto a taxa dos alunos das famílias do quintil superior é de 23%.²⁶

As escolas públicas são raras e muitas vezes enfrentam o problema da superlotação. As escolas particulares predominam, principalmente nas áreas mais favorecidas. As áreas desfavorecidas sofrem com uma falta significativa de infraestrutura educacional de qualidade, o que acentua as disparidades sociais desde a primeira infância.

²⁴ Horizon 2020 : Plano estratégico 2011-2020 (Rascunho datado de 8 de junho de 2011).

²⁵ Horizon 2020 : Plano estratégico 2011-2020 (Rascunho datado de 8 de junho de 2011).

Análise da representatividade das mulheres nas instituições estatais do Benim e do Haiti de 1990 até hoje, [Online], http://doc-aea.aide-et-action.org/data/admin/analyse_representativite_femmes.pdf (Consultado em 2024).

iv. Saúde

A República do Haiti é assolada por uma enorme pobreza e desigualdade. 72% da população está abaixo da linha da pobreza, vivendo com menos de dois dólares americanos (US\$ 2) por dia.²⁷ (As despesas com saúde representam 3,3% da renda familiar).²⁸ Apenas 9% das famílias nas áreas rurais, em comparação com 28% na área metropolitana, acreditam que podem arcar com seus custos de saúde. Em todo o país, 4 em cada 5 famílias dizem que não conseguem atender às suas necessidades alimentares. O ciclo de pobreza no Haiti sustenta padrões de comportamento individual e coletivo e um estilo de vida que favorece o desenvolvimento de doenças por deficiência nutricional, doenças infecciosas transmissíveis e doenças parasitárias.

Uma análise do orçamento alocado para a saúde nos últimos 30 anos revela um baixo nível de financiamento e muitas ineficiências. Com 5,7% do PIB dedicados à saúde no ano fiscal de 2005-06 e trinta e dois dólares americanos (US\$ 32) gastos per capita por ano (MSPP, 2009), o Haiti deveria ter alcançado melhores resultados na área da saúde. No entanto, como o financiamento se baseia em grande parte no pagamento direto pelos pacientes, na melhor das hipóteses, os pacientes ou seus parentes esperam até que sua condição se deteriore demais para procurar atendimento ou, na pior das hipóteses, não o procuram. Em ambos os casos, as consequências negativas são bem conhecidas, tanto em termos de equidade quanto de eficiência. Em um contexto em que a recuperação de custos é uma prática generalizada e em que mais de três quartos da população sobrevivem com menos de dois dólares americanos (US\$ 2) por dia (UNDP, 2005), a imposição de uma tarifa baixa pode constituir um obstáculo intransponível ao uso dos serviços de saúde. As famílias contribuem com cerca de um terço dos gastos com saúde.

Por fim, o Estado cobre quase um terço dos gastos com saúde. No total, o orçamento alocado para o setor foi de US\$ 75 milhões no ano fiscal de 2009-10, sendo que grande parte desse valor (cerca de 80%) foi destinada ao pagamento dos salários dos funcionários.

Dada a importância dos fundos injetados pela cooperação internacional no financiamento da saúde, a falta de coordenação do apoio financeiro leva à fragmentação do sistema. Por exemplo, os gastos com HIV/AIDS representam duas vezes o orçamento total da saúde

²⁷ UNESCO – 2009.

²⁸ Pesquisa sobre as condições de vida no Haiti - ECVH, 2001

pública (Plan Stratégique Intérimaire de Santé, MSPP 2010). Vários programas de HIV/AIDS, entre outros, são projetados e implementados de forma totalmente vertical, com o objetivo de mostrar resultados imediatamente visíveis. Além do desempenho ruim, isso leva a um desequilíbrio nos programas e serviços que não são ou são menos bem apoiados.

O MSPP se beneficiou de um aumento significativo no financiamento, passando de 5,6 bilhões de gourdes em 2019-2020 para 21,6 bilhões de gourdes em 2020-2021, um aumento de 285%. Esse aumento é atribuído em grande parte ao gerenciamento da pandemia da COVID-19.

Em termos de porcentagem do PIB, o orçamento nacional do Haiti para 2020-2021 representou aproximadamente 10,02% do PIB estimado para aquele ano. Assim, a participação do MSPP no orçamento nacional representa cerca de 8,5% do PIB do Haiti para o ano fiscal de 2020-2021.

Essa situação, longe de fortalecer o sistema de saúde e fornecer soluções duradouras para os problemas de saúde da população, só serve para enfraquecer a liderança do MSPP.

A prestação de serviços de saúde é altamente centralizada. As instalações públicas, como o Hospital da Universidade Estadual do Haiti (HUEH), estão localizadas no centro da cidade, e geralmente estão superlotadas e mal equipadas. A maioria das clínicas particulares está localizada em Pétiön-Ville e Delmas. O acesso a um atendimento de qualidade é limitado em bairros desfavorecidos.

v. Gerenciamento de resíduos

A má gestão de resíduos sólidos é um dos principais desafios enfrentados pelas áreas urbanas do Haiti. O problema tem se tornado cada vez mais preocupante à medida que o tamanho da população e a área de superfície das áreas urbanas aumentam, especialmente nas dez capitais departamentais.²⁹ De acordo com o Banco Mundial, em 2018, o país produziu uma média de 0,58 kg de resíduos por pessoa por dia. Esse número, baseado em uma população de 11 milhões, dá um total de 6.380 toneladas de resíduos produzidos no país em um dia. Esse número varia em todo o país, dependendo da densidade populacional e dos níveis

²⁹ De acordo com dados do Banco Mundial, em 2019, os centros urbanos do Haiti abrigavam 56% da população nacional, contra 16% em 1960.

de renda. Na área metropolitana de Porto Príncipe, a quantidade média de resíduos gerados é estimada em 0,7 kg por habitante por dia; o mesmo indicador é de 0,6 kg em Cap-Haïtien e Les Cayes (MTPTC, 2021). É importante observar que esses números são relativamente baixos em comparação com a produção de resíduos em outros países do Caribe, como a República Dominicana (1,08 kg), a Jamaica (1,00 kg) e Cuba (0,67 kg) (World Bank Group, 2018). Uma pequena porcentagem dos resíduos gerados por residências, mercados públicos, empresas e instituições é coletada por prestadores de serviços de coleta de resíduos públicos e privados. As estimativas do Grupo Banco Mundial (2017; 2018) sugerem que apenas 12% dos resíduos sólidos urbanos são coletados, e a participação dos serviços públicos nessa porcentagem é muito baixa. A mesma observação é feita na área de tratamento e recuperação de resíduos sólidos.

Um estudo realizado em 2020 pela Geo Society em nome do PNUD Haiti mostrou que as amostras de resíduos sólidos coletadas nas comunas de Ouanaminthe (56,0%), Jérémie (54,2%) e Mirebalais (63,0%) eram compostas majoritariamente por materiais putrescíveis, principalmente resíduos biodegradáveis. Os plásticos ficaram em segundo lugar, representando uma porcentagem que variou entre 14,3% e 17,5% nas três zonas de estudo. Esses resultados coincidem com os de Lacour (2011) na área metropolitana de Port-au-Prince e também com os de Philippe (2009) em Cap-Haïtien.

A coleta de lixo geralmente é irregular e, às vezes, inexistente em áreas desfavorecidas. O lixo se acumula nas ruas, canais e barrancos, agravando os riscos à saúde e as enchentes

3.3- Vulnerabilidade social e ambiental em áreas urbanas

Atualmente, as áreas urbanas, especialmente nos países em desenvolvimento, estão enfrentando desafios cada vez maiores em termos de vulnerabilidade social e ambiental. A rápida expansão urbana, muitas vezes não planejada, está criando condições de vida instáveis para uma grande parte da população, ao mesmo tempo em que aumenta a exposição aos riscos ambientais. Essa dupla vulnerabilidade, tanto social quanto ambiental, afeta principalmente os pobres e marginalizados que vivem em assentamentos informais de alta densidade.

Do ponto de vista social, a vulnerabilidade se traduz na falta de acesso dos moradores a serviços básicos: moradia adequada, acesso à água potável, atendimento médico, educação, segurança e emprego formal. Esses grupos, geralmente localizados na periferia das cidades ou

em regiões de alto risco, vivem em condições precárias de saúde e têm pouca ou nenhuma proteção legal para suas casas. Esses grupos são mais vulneráveis a choques, sejam eles econômicos, relacionados à saúde ou naturais, devido à sua situação econômica precária, à falta de emprego e à baixa proteção social.

Do ponto de vista ambiental, os bairros urbanos mais desfavorecidos geralmente estão localizados em áreas ecologicamente vulneráveis: encostas instáveis, planícies propensas a inundações, zonas costeiras degradadas. Essas áreas, deixadas de fora das estratégias de planejamento, são particularmente vulneráveis a desastres naturais, como enchentes, deslizamentos de terra, furacões ou terremotos. Sem medidas preventivas, redes de evacuação eficazes ou serviços de tratamento de resíduos, essas calamidades têm consequências graves para a população: morte, destruição de casas e deslocamento forçado.

Portanto, há uma profunda interconexão entre a vulnerabilidade social e ambiental. Ela se origina de uma combinação de desigualdades econômicas, acesso restrito a recursos e falta de governança urbana inclusiva. Diante dessa situação, é fundamental revisar as estratégias urbanas, levando em conta tanto a equidade social quanto a resiliência em face dos desafios ambientais. Isso significa melhorar o planejamento regional, garantir o direito à moradia, construir infraestrutura sustentável e, acima de tudo, envolver as comunidades locais nas decisões que as afetam.

A construção de cidades mais resilientes requer uma abordagem abrangente que identifique as correlações entre pobreza, moradia insegura, ambiente deteriorado e riscos urbanos. Ao reduzir a vulnerabilidade em todos os seus aspectos, as áreas urbanas podem ser transformadas em lugares mais justos, seguros e sustentáveis para todos os seus moradores.

Port-au-Prince, a capital do Haiti, é uma cidade caracterizada por grandes disparidades e por um desenvolvimento urbano aleatório. Essa situação deu origem a uma dupla vulnerabilidade - social e ambiental - que afeta de forma desigual os habitantes de bairros informais e da classe trabalhadora. Essas áreas, muitas vezes negligenciadas pela infraestrutura pública, estão sujeitas a uma variedade de perigos, tanto humanos quanto ambientais.

Do ponto de vista social, a maioria dos moradores de Porto Príncipe vive em condições de extrema pobreza. Milhares de famílias enfrentam desafios diários, como desemprego, analfabetismo, falta de cobertura de seguridade social e falta de serviços públicos (saúde,

educação, transporte). Áreas como Cité Soleil, Martissant, La Saline e Carrefour-Feuilles abrigam uma população vulnerável, que frequentemente enfrenta insegurança, violência armada e acesso limitado a oportunidades econômicas. As moradias nessas áreas são instáveis, construídas de forma não regulamentada, sem normas fundiárias ou padrões de construção.

Do ponto de vista ambiental, esses bairros estão localizados em áreas particularmente vulneráveis a desastres naturais. A construção de edifícios ilegais em terrenos instáveis, em barrancos ou áreas propensas a inundações, amplia os perigos associados a deslizamentos de terra, inundações e terremotos. O terremoto de 12 de janeiro de 2010, que causou centenas de milhares de mortes e deslocou pessoas, revelou a extrema fragilidade da estrutura urbana de Port-au-Prince. A falta de planejamento urbano, a ausência de políticas de gestão de resíduos, as redes de drenagem inadequadas e o uso desordenado do solo tornam a cidade ainda mais vulnerável a eventos climáticos.

A interação desses fatores sociais e ambientais cria um círculo vicioso: as comunidades mais carentes são também as que vivem nas regiões mais perigosas, sem possibilidade de medidas de segurança ou realojamento. Como resultado, essa exposição constante acentua sua marginalização e limita sua capacidade de adaptação.

Imagem 3: Construção Anárquica em Port-au-Prince (Petion-Ville).



Fonte: Google Imagem (2015).

É fundamental reconsiderar a governança urbana em Porto Príncipe para reduzir essa vulnerabilidade. Isso requer planejamento participativo, a regularização de áreas informais, a construção de moradias sociais sustentáveis e o fortalecimento de serviços essenciais. Também é essencial melhorar o gerenciamento de riscos ambientais, incluindo a prevenção de desastres, a adaptação ao aquecimento global e a educação da comunidade.

Em última análise, qualquer abordagem de desenvolvimento urbano em Port-au-Prince deve ter como prioridade a redução da vulnerabilidade social e ambiental. Somente uma estratégia que seja inclusiva, equitativa e resiliente garantirá que os moradores da cidade desfrutem de uma vida digna, protegida e sustentável.

3.3.1- A relação entre a falta de serviços públicos e os riscos socioambientais

Em muitas cidades em desenvolvimento, e em Port-au-Prince em particular, a falta de serviços públicos básicos intensifica os perigos socioambientais. Essa carência, seja de água potável, saneamento, gestão de resíduos, eletricidade, estradas ou saúde pública, tem um impacto direto sobre a segurança, a saúde e o bem-estar dos residentes urbanos mais vulneráveis. Socialmente, a ausência ou a falta de serviços públicos reforça as disparidades. As áreas precárias, que geralmente não são oficiais, são as mais afetadas. Sem abastecimento constante de água, sistema de coleta de lixo ou iluminação pública, os moradores são forçados a viver em um ambiente deteriorado que ameaça sua dignidade e segurança. As crianças não conseguem estudar adequadamente, as mulheres estão mais propensas a sofrer violência e há uma disseminação mais fácil de doenças em áreas não atendidas. Consequentemente, do ponto de vista ambiental, a falta de infraestrutura está levando a uma rápida deterioração do ambiente urbano. Por exemplo, sistemas inadequados de esgoto e drenagem causam inundações durante chuvas fortes, enquanto a falta de coleta de lixo entope valas, ruas e canais, bloqueando os esgotos naturais e poluindo a água. Essa situação favorece o surgimento de doenças relacionadas à água, como cólera, febre tifoide e diarreia, o colapso de solos frágeis e o declínio dos ecossistemas urbanos.

Nos ambientes urbanos das nações em desenvolvimento, a falta de serviços públicos é um elemento estrutural crucial que exacerba as vulnerabilidades sociais e ambientais. Na capital do Haiti, Porto Príncipe, essa conexão é particularmente acentuada, devido à urbanização acelerada e descontrolada, bem como à governança territorial frequentemente deficiente. A ausência de serviços públicos básicos (água potável, saneamento, gestão de resíduos,

eletricidade, saúde, educação) contribui diretamente para o aumento dos riscos socioambientais. Um sistema ineficiente de gestão e limpeza de resíduos contribui para a poluição, as inundações e a disseminação de doenças. A escassez de água potável força os moradores a usar fontes não confiáveis, aumentando os riscos à saúde.

Além disso, a urbanização não planejada devido à falta de regulamentação e serviços está levando à construção de moradias precárias em áreas perigosas (encostas, ravinas, áreas propensas a inundações), expondo os moradores ao risco de deslizamentos de terra, inundações e terremotos. Por fim, a falta de acesso à educação e aos serviços de saúde prejudica a capacidade das pessoas de se recuperarem de desastres. Como resultado, a falta de serviços públicos agrava a vulnerabilidade social e ambiental da cidade.

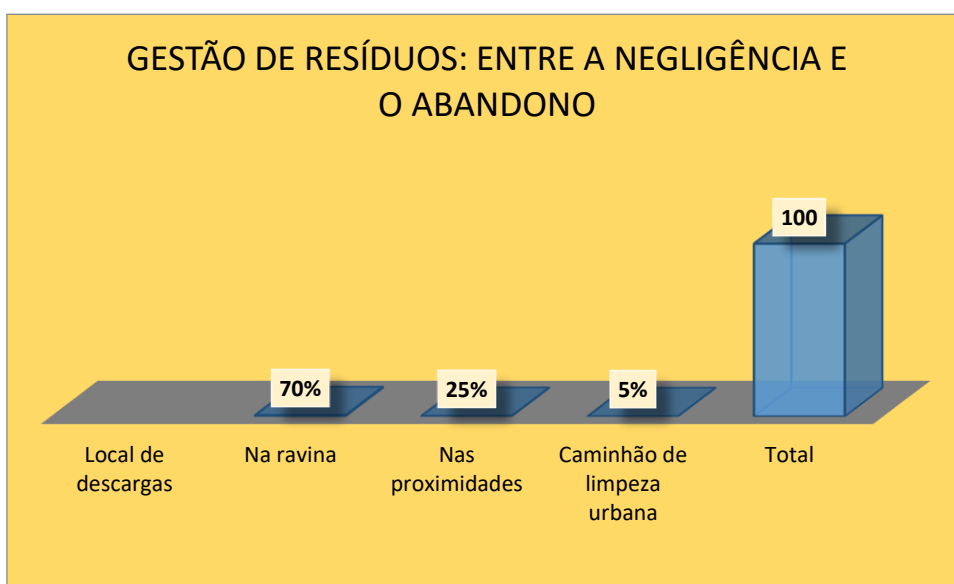
Para suspender esse ciclo, é essencial intensificar a presença do Estado e das instituições locais em bairros urbanos desfavorecidos. Isso envolve investimentos governamentais em infraestrutura básica, governança urbana inclusiva, envolvimento da comunidade na gestão de recursos e estabelecimento de sistemas de prevenção de riscos. A igualdade de acesso aos serviços públicos não é apenas uma questão de justiça social, mas também um fator crucial para a resiliência urbana e ambiental.

3.3.2- Desafios ambientais em assentamentos informais

Os assentamentos irregulares, também conhecidos como bairros vulneráveis ou favelas, são atualmente uma parte essencial da paisagem urbana em muitos países em desenvolvimento. Essas áreas frequentemente enfrentam grandes desafios ambientais que são tanto o resultado quanto um fator da urbanização desorganizada, caracterizada pela falta de infraestrutura básica, pelo alto crescimento populacional e, muitas vezes, pela má administração local. Em Porto Príncipe, os assentamentos de posseiros proliferaram ao longo das décadas, geralmente em resposta ao rápido crescimento populacional, à privação urbana e à falta de planejamento do uso da terra. Essas áreas, geralmente construídas de forma aleatória em terrenos inadequados ou instáveis, enfrentam uma série de problemas ambientais que comprometem a saúde dos moradores e a sustentabilidade dos espaços de moradia. Como resultado, em muitas favelas, os sistemas de coleta de lixo são inexistentes ou severamente restritos.

A insalubridade causada por um sistema de esgoto falho é um dos principais fatores que contribuem para a má qualidade das condições de vida na área de estudo. Os resíduos frequentemente entopem os esgotos e vários canais de drenagem, aumentando o risco de inundações na área. Paralelamente a essa situação deteriorada e à falta de serviços de coleta de lixo, o barranco foi gradualmente transformado em um depósito de lixo a céu aberto. Em 2006, foi criado um centro de reciclagem de resíduos em Savane-Pistaches como parte de um projeto desenvolvido pelo PNUD. Isso possibilitou a coleta de parte dos resíduos de locais específicos. A situação melhorou até certo ponto. No entanto, o problema continua delicado, especialmente porque as atividades do centro de triagem - devido a dificuldades organizacionais e financeiras - foram interrompidas pelo PNUD desde o início de 2012.

Diagrama 4, Gestão de resíduos: entre a negligência e o abandono



Fonte: Pesquisa, novembro de 2024

De acordo com os dados coletados, a maioria das pessoas na área (67%) usava o barranco para descartar o lixo. De acordo com os entrevistados, muitos deles disseram não ter encontrado outro lugar para descartar o lixo. Isso ocorre porque as estradas da prefeitura não passam com frequência. Aqueles que vivem no leito do barranco simplesmente usam o barranco como depósito de lixo. Durante a seca, eles ateam fogo no lixo, o que significa que respiram a fumaça da combustão de todos os tipos de resíduos orgânicos. Gases que são

poluentes e prejudiciais à saúde. De fato, essa situação representa uma grande ameaça para os habitantes, que respiram os gases poluentes transmitidos ao ecossistema.

Imagem 4. O barranco como ponto de descarga



Fonte: Pesquisa, novembro de 2024

A falta de vegetação, o desmatamento e a infraestrutura de drenagem contribuem para a instabilidade da terra, aumentando o risco de deslizamentos de terra e desmoronamentos durante tempestades ou terremotos. Nos assentamentos informais, as redes públicas geralmente não existem ou são inadequadas. Os habitantes dependem de fontes de água inseguras, expondo-os a doenças transmitidas pela água, como a cólera e a febre tifoide. A mudança climática também está exacerbando essas vulnerabilidades. Chuvas mais intensas, temperaturas mais altas e eventos extremos mais frequentes estão aumentando a pressão sobre essas áreas já vulneráveis.

3.4- Condições socioeconômicas e percepções dos moradores sobre a urbanização

A urbanização é um fenômeno global que está transformando rapidamente as sociedades, os territórios e os estilos de vida. Nos países em desenvolvimento, esse processo geralmente é marcado por contrastes acentuados: de um lado, o desenvolvimento urbano modernizado e conectado; de outro, a maioria da população vivendo em condições precárias e marginalizadas. As condições socioeconômicas dos habitantes influenciam diretamente sua percepção dessa urbanização, entre esperanças de melhoria e temores de marginalização.

Nas grandes cidades, uma proporção significativa da população vive na pobreza urbana. Essas pessoas geralmente vivem em assentamentos informais sem status legal, onde o acesso a serviços básicos (água potável, saneamento, eletricidade, transporte, saúde) é limitado ou inexistente. Sua renda é baixa, irregular e dependente do setor informal. As moradias geralmente são superlotadas, mal construídas e localizadas em áreas de alto risco (encostas, zonas de inundação). Essa situação precária torna os moradores mais vulneráveis aos efeitos negativos da urbanização não planejada. Dependendo de sua situação socioeconômica, as percepções dos moradores sobre a urbanização variam. Para alguns, ela representa progresso: a abertura de estradas, a chegada de serviços, novas oportunidades econômicas. Para outros, ela simboliza a crescente desigualdade, o aumento do custo de vida, os despejos ou a destruição de bairros da classe trabalhadora em nome de projetos "modernos".

Essa percepção também depende do nível de informação disponível para os residentes, do grau de envolvimento deles na tomada de decisões urbanas e da maneira como as políticas públicas levam em conta suas necessidades. Quando são excluídos do processo de planejamento, os residentes locais percebem a urbanização como uma forma de desapropriação, que beneficia mais a classe média e os investidores do que a população local.

Na ausência de políticas de redistribuição e inclusão social, a urbanização tende a reforçar as divisões sociais e territoriais existentes. Ela amplia a lacuna entre aqueles que se beneficiam da cidade e aqueles que sobrevivem à margem dela. Alimentada por um senso de injustiça. Os moradores de bairros precários podem perceber os projetos urbanos como hostis aos seus interesses, especialmente quando eles implicam a perda de moradia ou renda sem a devida compensação.

Port-au-Prince, a capital e principal área urbana do Haiti, está passando por uma urbanização rápida e, muitas vezes, descontrolada. Esse crescimento urbano está ocorrendo em um

cenário de profundas desigualdades socioeconômicas, que influenciam fortemente a maneira como os residentes percebem a urbanização. Para uma grande parte da população, as condições de vida são marcadas pela pobreza, instabilidade econômica, alto índice de desemprego e acesso limitado a serviços básicos, como educação, saúde, água potável e eletricidade. Essas restrições socioeconômicas levaram muitas famílias a se estabelecerem em assentamentos informais, geralmente na periferia da cidade ou em terrenos inseguros.

Nesse contexto, a urbanização é percebida de forma ambivalente. Por um lado, alguns a veem como uma esperança de acesso a oportunidades econômicas, educação e infraestrutura moderna. A cidade é vista como um lugar de oportunidades, especialmente para os jovens que aspiram a uma vida melhor.

Por outro lado, muitos moradores associam a urbanização a problemas estruturais: insegurança, engarrafamentos, poluição, insalubridade, especulação de terras e moradias precárias. A ausência de planejamento e regulamentação urbanos eficazes está levando a uma urbanização desorganizada, reforçando as desigualdades sociais e expondo os mais vulneráveis a riscos ambientais.

Além disso, os moradores geralmente sentem que o Estado se retirou da gestão urbana. A falta de infraestrutura pública, a má qualidade das estradas, a fragilidade da governança local e a falta de iniciativas de desenvolvimento comunitário contribuem para um sentimento de abandono. Compreender o perfil desses residentes é essencial para que possamos ter uma melhor compreensão das questões que envolvem a pobreza urbana, a marginalização e a dinâmica da exclusão.

3.4.1- Vulnerabilidade ao risco de inundação na área de estudo

Considerando que o Haiti é um dos países mais pobres do hemisfério norte, o estado alarmante da população significa que o país é altamente vulnerável a vários riscos. A vulnerabilidade refere-se ao grau em que um país, uma comunidade ou um setor de atividade está exposto a danos causados por forças externas, como desastres naturais. Esses riscos podem ser uma combinação de processos sociais e físicos (Toussaint et al, 1998). O Haiti é caracterizado por um mosaico de vulnerabilidades ambientais causadas por fatores estruturais, sociais e físicos: governo fraco e outras instituições, instabilidade política, pobreza extrema, rápido crescimento populacional, pressão aguda sobre a terra natural,

recursos costeiros e marinhos, crise energética etc. A vulnerabilidade ambiental do Haiti inclui tanto desastres naturais, como furacões, enchentes, terremotos e deslizamentos de terra, quanto desastres causados pelo homem, como desmatamento, incêndios e poluição. Aqui estão algumas das principais causas da vulnerabilidade do país. (Vulnerabilidade da construção, vulnerabilidade socioeconômica e vulnerabilidade ambiental...)

3.5- Vulnerabilidade dos edifícios

A moradia é responsável por uma proporção considerável das despesas das famílias, principalmente nas cidades. A urbanização acelerada exerceu tanta pressão sobre os aluguéis que eles se tornaram um fator importante no aumento do custo de vida. Para lidar com isso, algumas famílias estão construindo suas próprias casas, de forma anárquica, para excluir qualquer aluguel, em terrenos que foram comprados, alugados ou ocupados. A tabela abaixo mostra o tipo de construção nessas diferentes áreas.

Tabela 7. Tipologia do edifício (residências)

Tipologia do edifício (residências)		
Tipo A	Tipo B	Tipo C
Tôle – Contraplacado – Prela	Bloco - chapa metálica	Bloco – Concreto

Fonte: organização do autor

A classificação definida pelo IHSI para a realização do censo geral da população e da moradia no Haiti (RGPH) destaca cinco tipos de moradia: i) moradias muito precárias com paredes e teto feitos de palha ou ramos de palmeira, ii) favelas/Ajoupas, iii) casas de um andar, iv) moradias com andares ou apartamentos, v) e vilas, tendas, abrigos temporários e outros tipos de moradia. De acordo com os dados do RGPH de 2003, a casa baixa ou térrea é o tipo de moradia mais comum em todo o país. Ela representa 72,5% do estoque de moradias. Predomina em 78,3% nas áreas urbanas e 69,2% nas áreas rurais. As ajoupas com telhado de palha ou de zinco representam apenas 17,6% do estoque nacional de moradias. 92,5% desse tipo de moradia são encontrados em áreas rurais e 7,5% em áreas urbanas. As casas de vários

andares e outros tipos de moradia são os menos representados, representando apenas 4,8% e 5,1% do estoque, respectivamente.³⁰ La plupart de ces taudis aux toits de tôles ondulées et délabrés sont loin de répondre à leur mission d'abriter des humains. A maioria desses barracos, com seus telhados de ferro corrugado dilapidados, está longe de cumprir seu objetivo de abrigar pessoas.

Imagem 5: Construção Anárquica em Port-au-Prince (Carrefour Feuilles).

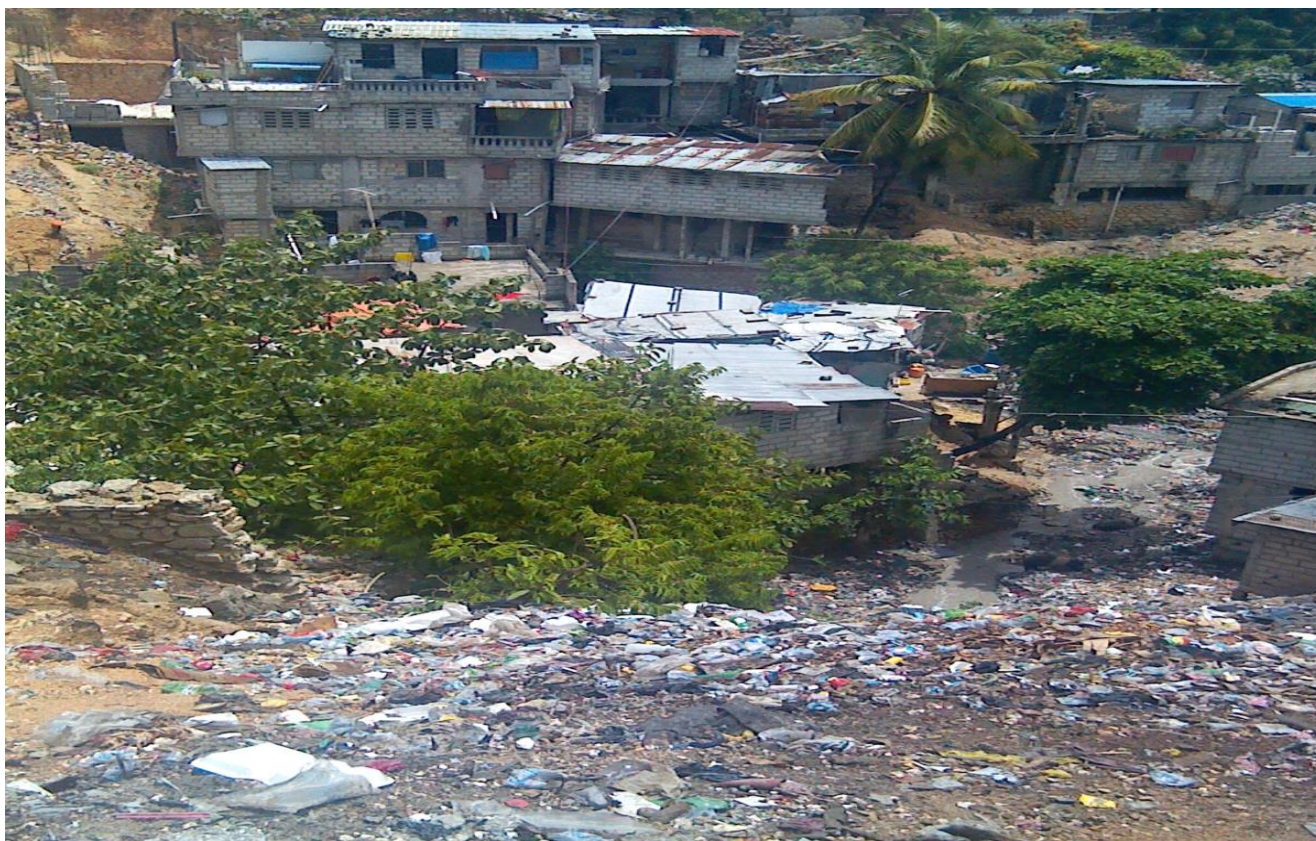


Fonte: Google Imagem (2015).

A organização espacial dos bairros precários significa que eles são muito densos e fechados. Quase todos os espaços abertos foram construídos, e as casas são construídas próximas umas das outras. A qualidade da estrutura dos edifícios, mas também a escolha do local, significa que as moradias são altamente vulneráveis. A urbanização espontânea ocorreu até mesmo nas áreas mais perigosas do distrito, ou seja, no fundo de barrancos e nas encostas mais íngremes. Assim, a morfologia das construções se adaptou ao relevo. Além disso, a maioria das casas não foi construída de acordo com os padrões de resistência a terremotos. Além disso, há o uso de materiais de construção de baixa qualidade, como blocos não vibratórios e barras de reforço de concreto liso.

³⁰ IHSI, 2015

Imagem 6. Vulnerabilidade das casas a inundações e deslizamentos de terra



Fonte: pesquisa, Novembro de 2024

3.6- Vulnerabilidade socioeconômica

A situação socioeconômica da população é precária. Em alguns lugares, os edifícios são construídos de forma anárquica e não atendem a nenhum padrão de segurança contra terremotos ou furacões. A situação é caracterizada por um inegável declínio econômico, que levou a um aumento da pobreza e a uma deterioração das condições de vida da população. O perfil econômico das pessoas que vivem em áreas precárias é marcado pela baixa estabilidade financeira. A maioria trabalha no setor informal, envolvida em atividades como pequenos comércios, artesanato, coleta de lixo ou trabalho doméstico. Esses empregos geralmente são desprotegidos, irregulares e mal pagos, expondo os moradores a uma insegurança econômica considerável.

A renda média por família geralmente está abaixo da linha de pobreza, o que limita o acesso a bens e serviços essenciais, o que determina o tipo de moradia em que vivem, e essas moradias são muito vulneráveis do ponto de vista físico, tanto espacialmente quanto em

termos da forma como são construídas. Considerando que essas casas estão localizadas em encostas íngremes e no leito de barrancos. Essa pobreza também se manifesta em uma nutrição inadequada ou desequilibrada, bem como na incapacidade de pagar por um atendimento médico de qualidade.

Diagrama 5. Salario diario dos entrevistadores efectivos



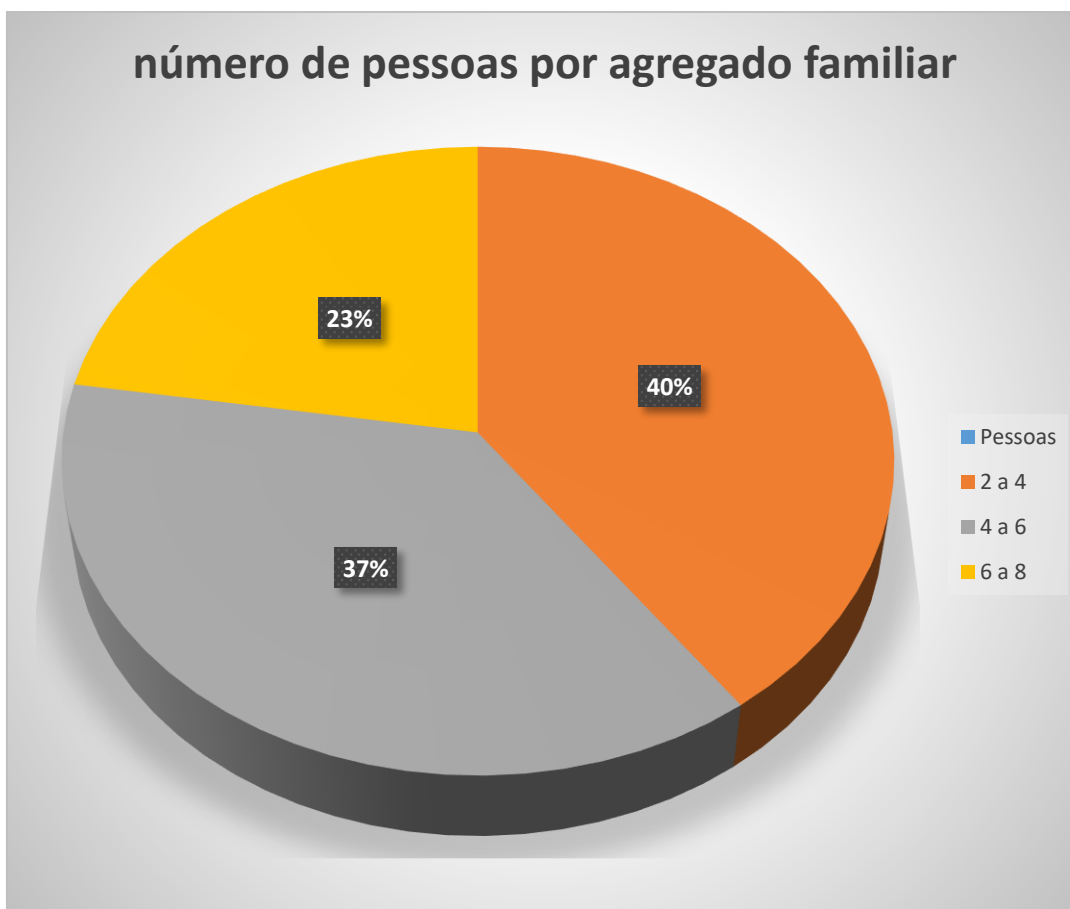
Fonte: pesquisa, Novembro de 2024

3.7- A pobreza da população, a fonte de sua vulnerabilidade

« ...a pobreza e a pressão demográfica estão forçando cada vez mais pessoas pobres a viverem expostas ao perigo - em planícies propensas a inundações, em áreas propensas a terremotos e em encostas instáveis ». Kofi Annan (1999)

De fato, muitos observadores contemporâneos do Haiti se concentram no problema da pobreza. A pobreza pode ser um estado temporário, mas é imediatamente aparente em termos de falta, déficit e perda, tanto para indivíduos e famílias quanto para países e sociedades. É por isso que existem tantos programas, intervenções e projetos destinados a combater a pobreza.

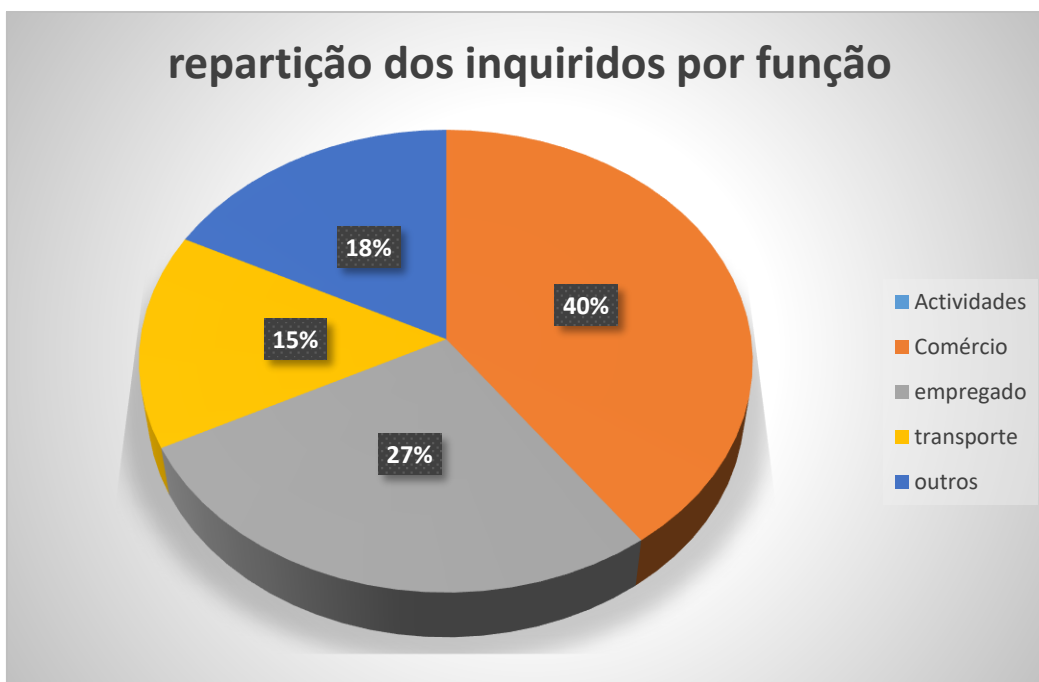
Diagrama 6. Numero de pessoas por agregado familiar



Fonte: organização do autor, pesquisa 2023-2024

Levando em conta as variáveis ligadas à sua condição social e econômica, os dados coletados dos ocupantes da área metropolitana, incluindo: Carrefour-feuilles, revelam que essa área é habitada principalmente por pessoas das classes menos favorecidas. Aqueles que declaram ter uma atividade econômica são principalmente lojistas (pequenos comerciantes) e motoristas de ônibus, tap-tap e motocicletas. Por outro lado, há pouquíssimas pessoas que dizem estar empregadas em uma instituição e que são profissionais qualificados e ativos.

Diagrama 7. Reparticao dos inquiridos por funcao



Fonte : Pesquisa, 2025

3.8- Vulnerabilidade ambiental

A vulnerabilidade ambiental é exacerbada pela grave degradação ambiental, pelos sistemas ineficientes de uso da terra e pela má gestão das bacias hidrográficas (MICT- DPC, 2013). O país está em um estado de vulnerabilidade permanente, ligado aos riscos de enchentes, deslizamentos de terra, poluição e erosão. Há várias décadas, o Haiti vem enfrentando uma degradação ambiental significativa, caracterizada pela ocupação descontrolada de certas áreas de alto risco, pelo surgimento espontâneo de novos bairros, pela má gestão de resíduos e pela proliferação de construções fora de qualquer estrutura legal ou institucional. Entretanto, há vários órgãos, leis e decretos em vigor para proteger o ambiente físico em que vive o povo haitiano. Aqui estão alguns deles.

i. De acordo com o Decreto de 12 de outubro de 2005, Art. 5

« A proteção ambiental deve ser parte integrante de todos os planos de desenvolvimento econômico e social, políticas setoriais e suas estratégias de implementação, em virtude do princípio geral da interdependência entre o meio ambiente e o desenvolvimento, segundo o qual a paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são inseparáveis».

ii. Decreto de 12 de outubro de 2005, Art. 9

« Todos têm o direito a um ambiente saudável e agradável. Esse direito é acompanhado por uma obrigação constitucional de proteger o meio ambiente».

iii. Decreto de 12 de outubro de 2005, Art. 95

« Por motivos de conservação de recursos naturais, gerenciamento de riscos ou ambos, a administração pública pode estabelecer ou declarar, por meio de ordem emitida após consulta às autoridades locais interessadas, limitações aos usos autorizados para terras em determinadas áreas. Um período de tempo razoável ou apoio será fornecido aos operadores dessas terras para permitir sua conversão».

iv. Lei de 29 de maio de 1963, Art. 1 e 3

« Ninguém tem o direito de construir sobre, sobre ou sobre a via pública.
(Art.1)
Ninguém tem o direito de construir em um sistema de drenagem natural
(Art. 3)».³¹

No entanto, esses esforços para institucionalizar e elaborar Planos de Prevenção e Resposta a Desastres Ambientais, e para proteger e defender contra a construção descontrolada em áreas de captação, não parecem estar integrados a uma lógica de resultados e eficácia com o objetivo de conter o processo de desmatamento generalizado, destruição de áreas de captação e erosão, e construção descontrolada. Essa má gestão do meio ambiente é explicada aqui pela ausência de uma política ambiental elaborada, de mecanismos de acordo, facilitação e intervenção por parte das diversas instituições do setor ambiental.

³¹ Leis e regulamentos de planejamento do Haiti

Imagens 7 e 8. O barranco de Martely entre o ponto de descarga e a trilha



Fonte: pesquisa, Novembro de 2024



Imagens 9 e 10. Degradação das áreas de captação



Fonte: pesquisa, Novembro de 2024

A degradação das áreas de captação, associada ao desmatamento, é, sem dúvida, a principal causa das inundações, que causam muitos danos (materiais e humanos) durante chuvas fortes. Na primeira chuva, são observados vários transbordamentos na área, com efluentes brutos lançados no ambiente natural sem tratamento prévio.

Além disso, nos últimos 50 anos, houve uma estreita correlação entre a situação socioeconômica e política e a deterioração do meio ambiente do país. O regime de Duvalier (1957-1986) foi uma ditadura considerada "totalitária" e não muito progressista. Para perpetuá-lo, o Estado impôs um grau de controle repressivo sobre todo o país, principalmente por meio da presença dos tontons-macoutes (uma milícia de várias centenas de milhares de homens).

Na maioria dos casos, os sistemas de saneamento são de responsabilidade dos municípios, que não têm os recursos técnicos, humanos e financeiros para gerenciá-los adequadamente. Como o serviço não é prestado à população local, é difícil cobrar pelo serviço, portanto, os recursos financeiros são difíceis de serem implementados e, conseqüentemente, as capacidades humanas e técnicas não existem.

3.9- Falta de planos de emergência, outro aspecto da vulnerabilidade da área

A falta de planejamento e investimento das autoridades públicas nessa área resultou em uma falta generalizada de instalações e serviços urbanos básicos para atender às necessidades mais rudimentares da população: água e saneamento, eletricidade, educação, saúde, instalações comunitárias, associativas e culturais integradas a áreas públicas e de lazer. O acesso a esses serviços é essencial no ambiente urbano atual. Em um contexto socioeconômico em que apenas 11% dos chefes de família do distrito têm emprego estável (empregados privados, funcionários públicos e grandes comerciantes), a existência de serviços públicos parece ser uma necessidade para garantir um padrão de vida que permita à comunidade vislumbrar um desenvolvimento mais completo. A insalubridade causada por um sistema de esgoto falho é um dos principais fatores da má qualidade de vida na área de estudo. Juntos, esses fatores criam condições de saúde problemáticas, propícias ao desenvolvimento de epidemias como a cólera.

O complexo problema do saneamento vai além da simples questão de equipar moradias e deve ser objeto de uma abordagem global e transversal, envolvendo várias áreas de projeto: drenagem e canalização de águas pluviais, desenvolvimento de estradas e infraestrutura, gerenciamento de resíduos sólidos. A tabela abaixo mostra que a maioria da população da área de estudo, ou seja, 80%, não recebeu nenhuma assistência durante os desastres naturais. Essa falta de assistência contribui para a vulnerabilidade da população ao risco de inundações.

Tabela 8. Ausência de planos de emergência: outro aspecto da vulnerabilidade da população

	Efetivos	Porcentagem
Sim	20	20%
NÃO	80	80%
TOTAL	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2025

CONCLUSÕES

Constatamos que o território haitiano sofre de um enorme déficit de desenvolvimento, que não deixa de afetar o lamentável estado do seu ambiente. Na verdade, o ambiente haitiano atingiu um nível de degradação muito visível e o que continua a ser um dos maiores desafios ao desenvolvimento do Haiti é a questão da terra. Em Port-au-Prince a ocupação do espaço não é diferente. É a desordem total da aglomeração espontânea que dá origem a grandes favelas como as de Martissant e os bairros de Grand Ravine e Tibwa. Até agora, a cidade de Port-au-Prince não tomou nenhuma medida real para impedir esta ocupação desordenada do espaço.

Na verdade, a crise imobiliária que se agravou após o terremoto de 12 de janeiro, contribui em grande parte para a dinâmica urbana de Port-au-Prince. Neste caso, existe um descompasso entre oferta e procura no mercado imobiliário de Port-au-Prince. A procura de habitação está a aumentar, tal como o seu preço. Isto contribui para a gentrificação; e este último leva à rejeição dos pobres para áreas marginalizadas e muito perigosas.

Como resultado de vários fatores externos e internos, a situação socioeconômica do país sofreu um enorme declínio, o que levou a uma emigração em larga escala da população rural para a capital e as principais cidades. Essa urbanização aleatória levou a uma proliferação de áreas precárias, muitas vezes construídas em terrenos perigosos. Como resultado, para atender às suas necessidades de moradia, a população teve que encontrar suas próprias soluções, apesar de um nível de renda severamente restrito e de um impacto ambiental considerável (poluição de fontes de água e lençóis freáticos, fragmentação de terras agrícolas etc.).

Para encontrar uma solução sustentável para a crise habitacional em Porto Príncipe, é necessária uma abordagem abrangente que reúna o Estado, as autoridades locais, a sociedade civil, as agências internacionais de financiamento e as comunidades envolvidas. É fundamental combinar abordagens técnicas, econômicas e sociais com uma governança forte e inclusiva.

Como resultado, o Estado precisa intensificar os programas de habitação social para realojar as pessoas em áreas de risco, especialmente aquelas com casas do tipo A. A integração da habitação social ao planejamento urbano sustentável é essencial, pois a crise habitacional no

Haiti, especialmente em áreas urbanas como Porto Príncipe, não pode ser resolvida sem uma visão de longo prazo do planejamento espacial. O desenvolvimento de moradias sociais não deve ser visto como uma resposta isolada à pobreza urbana, mas como um componente estratégico do planejamento urbano sustentável, equitativo e resiliente.

Em segundo lugar, o Estado deve melhorar as condições socioeconômicas da população. Incentivar um melhor acesso aos serviços públicos nas províncias para promover o desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável em todo o país. Essa também é uma resposta tangível à centralização excessiva e à estrutura frágil do Haiti. Juntamente com seus parceiros, é imperativo que o Estado dê prioridade nacional a essa missão.

Finalmente, fortalecer as cidades secundárias para garantir o equilíbrio territorial entre a capital e as outras regiões do país, que é um dos principais fatores da vulnerabilidade do país. A hiperconcentração da população, dos serviços públicos, dos empregos e da infraestrutura em Porto Príncipe contribuiu para uma urbanização desordenada, serviços ineficientes e alta exposição a riscos naturais e sociais.

Nesse contexto, o fortalecimento das cidades secundárias está se tornando uma prioridade estratégica para aliviar o congestionamento na capital e estimular as economias regionais. Também não deve ser *laissez-faire*, mas sim aplicar as regras de planejamento urbano em todo o país (especialmente na área metropolitana) e controlar o êxodo rural no país, ao mesmo tempo em que promove a descentralização efetiva dos serviços oferecidos somente em Port-au-Prince

REFERÊNCIAS

- AMAT Jean-Paul, DORIZE Lucien, LE COEUR Charles. **Éléments de géographie physique, Cours documents travaux dirigés.**Page 18 à 23.
- BAILLY Antoine. **Les concepts de la géographie humaine.** 5^e Edition Armand Colin, Paris, septembre 2014
- BAUD Pascal, BOURGEAT Serge et ALL. **Dictionnaire de géographie.**5eme ed. ,Hatier août 2015.
- BEAUDELLE Guy. **Géographie du peuplement.** édition armant colin, 2e édition, pages 192
- BEAUX J-F. **L'environnement.** Édition Nathan, page 100-103
- BECKOUCHE Pierre, GRASLAUD Claude et All. **Fonder les sciences du territoire.**édition karthala, page 293
- BERNARDIN E.A.**L'espace rural Haïtien.**Collection les classiques de l'Université, avril 1997.
- BEUCHER Stéphanie et REGHEZZA Magali. **La géographie, pourquoi? Comment.**Édition initiale Hatier 2005. P.288
- BRAND D. et DUROUSSET M., **Dictionnaire thématique Histoire et Géographie,** 5e éditions Dalloz, Paris 1999
- CASIMIR J. **La culture opprimée.** imprimerie Média-texte, P-au-P, Haïti, juin 2006.
- CLERVEAU M. ETIENNE Odile J.**Risques, vulnérabilités et aménagement, un Aménagement du territoire.** Collection : Débats, tome I, CRESFED/UNASUR, 2014
- CLERVEAU Michelet. **Les catastrophes naturelles majeures en Haïti au cours des années 2000, des crises dans une situation de multi-crise.**in Ruralités #3, 21 pages
- COUDRAY J. et M.L. BOUGUERRA. **Environnement en milieu tropical.**actualité scientifique, édition estrem, pages 195
- DAVID Olivier. **La population mondiale : Répartition, dynamiques et mobilité.** 3eme édition Armand Colin, 2015
- DESHOMMES, D. *Les services publics et la gouvernance urbaine à Port-au-Prince : entre marginalisation et résilience.* Mémoire de maîtrise, Université d'État d'Haïti. 2022
- DESJEUX, D. *Les mutations de la ville : Entre espace privé et espace public.* PUF. 2011
- DORVILIER Fritz. **Gouvernance Associative et Développement local en Haïti.**éditions de l'euh, février 2011

DUBOIS-MAURY J. **Les risques naturels : quelle réponse ? Problèmes politiques et sociaux.**Dossiers d'actualité mondiale #863, 2001

DUMONT G.F. **Les populations du monde.**Armand Colin, paris 2001.

Fédération Internationale de la Croix-Rouge. *Urban resilience: Rethinking the future of cities.* 2019

GAGNON Christiane. **La recomposition des territoires, développement local viable.**édition l'harmattan, pages 272

GARNIER B. Jacqueline. **Géographie Urbaine.**paris, Armondcollin, 1963

GENDREAU Francis, Patrick GUBRY et Jacques VERON. **Populations et environnement dans les pays du sud.** édition Karthala, ceped, 1996, pages 311

GEORGESCorvington. **Port-au-Prince au cours des ans.**ville contemporaine, HS, 1991

GROUPE URD. *Étude sur les dynamiques urbaines à Port-au-Prince.*(2021)

GUILLOIN Michelle, SZTOKMAN Nicole. **Géographie Mondiale de la population.** 3^{ème} édition ellipses, 2008

HURBON Laennec. **Catastrophe et environnement, Haïti, séisme du 12 janvier 2010.**édition de l'école des hautes études en sciences sociales, pages 271

JOACHAIM B.**Les racines du sous-développement d'Haïti.** Editions H. Deschamps, P-au-P 1979.

JOSEPH P.**Dictionnaire Historique Et Géographique des communes d'Haïti.** Editions Konbit, Canada 2008.

LAMARZELLE Denys. **Le management territoriale.** Édition du papyrus, p.39

LAMBOUDIERE Éric. **Les caraïbes dans la géopolitique mondiale.** Ellipses Édition Marketing S.A, Paris, 2007

LE GUEN René. **Les enjeux du progrès.** édition sociales, notre temps/société,

LEON Frédéric, et Nancy MESCHINET DE RICHEMOND, Freddy VINET. **Aléas naturels et gestion des risques.**édition PUF, juin 2010, pages 288

LOIS ET REGLEMENTS D'URBANISME, Guide du Professionnel

LUCIEN Georges Eddy. **Une modernisation manquée, modernisation et centralisation, tome 1 Port-au-Prince (1915-1956).** ed.de l'UEH

LUCIEN Georges Eddy. **Une modernisation manquée, centralisation et dysfonctionnements, tome 2, Port-au-Prince (1915-1956).** ed.de l'UEH

LUCIEN Georges Eddy. **Little Haïti, Si loin de Dieu et si près du centre ville de Miami.** Imprimeur S.A, mai 2015

MAURY Régis, PELATAN Jean, et ROUGIER Henri. **Initiation à la géographie.** édition ellipses, pages 318

MERLIN Pierre, CHOAY Françoise. **Dictionnaire de l'urbanisation et de l'urbanisation.** Édition PUF, Page 42

Ministère de l'Environnement d'Haïti & PNUD (2018). *Rapport sur la vulnérabilité environnementale et les risques urbains à Port-au-Prince.*

MINISTERE de la planification et de la coopération externe, **Carte de pauvreté d'Haïti,** Edition Imprimeur II, P-au-P, Haïti, version 204

ORSENNA Erick et PETIT Michel. **Climat, une planète et des hommes, quelle influence humaine sur le changement climatique ?** édition cherche midi, pages 233

OXFAM. **De l'urgence au relèvement, soutenir la bonne gouvernance en Haïti après leséisme,** www.oxfam.org, 2011

REVOL R. et SILEM A. **Sciences économiques et Sociales.** édition hachette éducation, pages 544.

STERRETT L. Marilise Charlotte et All. **Vers la résilience.** édition Practical action, page 202

VEYRET Y. et REGHEZZA M. **Aléas et risques dans l'analyse géographique.** Annales des Mines, 2005. P.61-69

VEYRET, Y. et REGHEZZA M. **Vulnérabilité et risques, l'approche récente de la vulnérabilité, Responsabilité et environnement.** #43. 2006. p 9-13

WACKERMAN Gabriel. **Géographie urbaine.** Ellipses Édition Marketing S.A, Paris, 2000

WACKERMAN Gabriel. (sous la direction). **Dictionnaire de Géographie,** Ellipses Edition Marketing S.A, Paris 2005.

WORLD BANK . *Haiti Urbanization Review: Toward a New Urban Policy.* Washington D.C. 2017 <https://documents.worldbank.org>

APENDICE I

APÊNDICE I: Questionário de Pesquisa

Este questionário foi elaborado para investigar os fatores que influenciam o crescimento de moradias precárias na comuna de Port-au-Prince. A pesquisa busca entender como a urbanização desordenada e a concentração de serviços públicos afetam as condições habitacionais e sociais. Agradecemos sua participação.

I. Informações sobre o Entrevistado

1. **Localização e Ambiente**

2. a) Bairro: _____

b) Nome da rua: _____

c) Tipo de estrada:

- Concreto
- Terra batida
- Asfalto
- Outro: _____

3. **Dados do Entrevistado**

a) Gênero:

- Homem
- Mulher
- Não-binário

b) Faixa etária:

- 20-30 anos
- 30-40 anos
- 40 anos ou mais

c) Quantos filhos você tem?

- 0-2
- 3-4
- 5 ou mais

d) Quantas pessoas moram na sua casa?

- 2-4

- 5-6
 - 7 ou mais
-

II. Condições Habitacionais

1. Propriedade do Imóvel

a) Você é proprietário do imóvel?

- Sim
- Não

b) Como obteve o imóvel?

- Construção própria
- Compra
- Aluguel
- Herança
- Outro: _____

c) Caso seja aluguel, quanto você paga mensalmente?

- 20.000 - 30.000 gdes
- 30.000 - 40.000 gdes
- Outro: _____ gdes

2. Características da Construção

a) Quais materiais foram utilizados na construção de sua casa?

- Materiais leves (ex.: madeira, zinco)
- Materiais pesados (ex.: concreto, tijolo)
- Materiais recuperados
- Outro: _____

b) Qual é o tipo de telhado da sua casa?

- Concreto
- Chapa metálica
- Lona
- Outro: _____

c) Quantos andares tem sua casa?

- 1 a 5 andares
- 6 a 10 andares
- 10 ou mais andares

d) Você é proprietário do terreno onde a casa está construída?

- Sim
- Não

3. Renda Familiar

a) Qual é a sua principal atividade profissional?

- Comércio
- Transporte
- Agricultura
- Escriturário
- Outro: _____

b) Qual a média de sua renda diária?

- 100 - 150 gdes
- 150 - 200 gdes
- 200 - 250 gdes
- 250 ou mais gdes

c) Essa renda é suficiente para cobrir as despesas da sua casa?

- Sim
- Não

d) Se não, como você complementa sua renda familiar?

III. Saneamento e Infraestrutura

1. Acesso a Serviços Básicos

a) Você tem acesso a água potável?

- Sim
- Não

b) Qual distribuidor de água você utiliza?

- DINEPA
- Caminhão-tanque
- Fonte pública
- Poço
- Outro: _____

c) Onde você utiliza as instalações sanitárias?

- Banheiro moderno (privada)
- Latrina
- Outro: _____

d) Como você descarta seu lixo?

- Lixão no barranco
- Lixeiras nas proximidades
- Caminhão da prefeitura
- Outro: _____

2. Percepção sobre a Infraestrutura Local

a) Você considera que o saneamento básico na sua área é adequado?

- Sim
- Não

b) Quais são os principais problemas de infraestrutura que você enfrenta no dia a dia?

IV. Urbanização e Expansão

1. Percepção sobre a Urbanização

a) Você já percebeu uma expansão desordenada da cidade?

- Sim
- Não

b) Como essa urbanização desordenada se manifesta na sua comunidade?

2. Condições Habitacionais

a) Sua casa foi construída de acordo com padrões urbanos estabelecidos?

- Sim
- Não

b) Se não, qual a principal razão para isso?

3. Problemas de Segurança e Criminalidade

a) Você já presenciou ou foi vítima de atos de violência na sua comunidade?

- Sim
- Não

b) O que você faz para lidar com esses problemas?

4. Percepção sobre os Serviços Públicos

a) Você conta com a ajuda de algum órgão público ou ONG para melhorar as condições de moradia?

- Prefeitura
- Proteção Civil
- ONG
- Outro: _____

b) Você acha que a presença do governo na sua área é suficiente para resolver os problemas habitacionais?

- Sim
 - Não
-

V. Comentários Finais

1. Sugestões para Melhoria

a) O que você acha que pode ser feito para melhorar as condições de moradia e infraestrutura em sua área?

2. Comentários Adicionais
